



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 2/2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**30 DE ABRIL DE 2019**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** José Fernando Amaro Esteves

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Atribuição do nome de Luis Manuel Gonçalves ao arquivo municipal;**
- 3. Projeto de Regulamento Municipal do uso do fogo e limpeza de terrenos;**
- 4. Mapa de pessoal 2019 – 1ª Alteração;**
- 5. Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município – exercício 2018;**
- 6. Conta de gerência do ano de 2018;**
- 7. Revisão orçamental;**
- 8. Contratação de empréstimo médio e longo prazo – linha de crédito criada no âmbito do Decreto-Lei nro. 22/2018;**
- 9. Acordo de transação – Aguas de Vale de Tejo, S.A.;**
- 10. Descentralização de competências intermunicipais.**

#### **Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barros Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Anacleto da Silva Batista, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Victor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, António Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Rosa, Pedro Duque e Carlos Duarte. -----

Não esteve presente o Senhor deputado Aníbal Lobato o qual justificou antecipadamente a sua falta. ---

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo “*Eu vou propor aqui fazemos um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vereador Luís Manuel Gonçalves e sendo que na Ordem de trabalhos, também podia ter proposto um voto de pesar e também fazia todo sentido, mas na Ordem de Trabalhos, temos no ponto número 2 atribuição de nome Luís Manuel Gonçalves ao arquivo municipal e isso, penso que já é uma iniciativa no sentido de honrar o nome deste homem, que fez tanto pelo Sardoal, portanto a minha proposta para este momento, era que fizéssemos um minuto de silêncio em memória do Luís Manuel Gonçalves, que foi um ilustre sardoalense que esteve aqui, que na Assembleia Municipal participou tantas vezes e que tanto fez pelo Sardoal como associativista, como político, como cidadão, como homem e pai de família e um historiador também, portanto acho que não podíamos passar esta Assembleia Municipal e não iria passar de certeza, porque temos aqui um ponto dedicado a ele, mas neste período antes da ordem de trabalhos, solicitava então, se todos concordarem, um minuto silêncio em memória do Luis Manuel Gonçalves.*” -----

Continuou o Senhor Presidente da Assembleia, referindo “*A Semana Santa, esse momento alto no Sardoal e que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, apraz-me aqui registar que voltámos a honrar os nossos antepassados e as nossas tradições, que no fundo é disso que se trata, é aliar a tradição com a celebração religiosa e criarmos aquele ambiente que, as pessoas que vêm cá pela primeira vez, dificilmente esquecem, aquele ambiente que, com solenidade também tem um quê de característico do Sardoal um silêncio especial, especialmente na quinta-feira Santa, o tal silêncio que é interrompido com a música da Filarmónica e, eu acho que mais uma vez as coisas correram bastante bem, os tapetes nas Capelas, não só no Sardoal, mas no resto do Concelho, aconteceram e, é uma tradição que parece que vingou e que vai ter futuro. Eu acho isso importantíssimo, que no estender desta semana Santa também para o restante concelho, daí que acho que estamos todos de parabéns porque todos nós somos elementos importantes também, no continuar desta tradição que só tem coisas boas a aportar ao concelho de Sardoal, porque traz gente e este ano trouxe muita gente e eu não me recordo, não quero estar a ser exagerado, mas de facto vi pessoas que já não via há muito tempo no Sardoal, acho que houve este ano o regresso massivo daquelas pessoas que têm ligações ao Sardoal, ligações familiares, vi muita gente que não via há muitos anos e isso é importante, porque essas pessoas depois vão com certeza, nos seus nos sítios onde residem, transmitir que o Sardoal está bem vivo apesar de eles não terem vindo cá, durante se calhar tantos anos e tantas vezes. O Sardoal*

*continua vivo e portanto cumpre-me aqui dar os parabéns a todas as instituições que se esforçam por manter, a Câmara, a Junta, a Santa Casa da Misericórdia e, a todas as pessoas e grupos que mantêm esta tradição acesa e tão viva no Sardoal.” -----*

*Continuou o Senhor Presidente da Assembleia referindo “Que não podia passar sem o abordar, tem a ver com a celebração do 25 de abril, esse dia, esse momento tão importante, que na minha opinião inicia um processo que terminou mais tarde, mas que se iniciou naquele dia, eu costumo dizer que o 25 de abril deu-nos a liberdade e mais tarde, o 25 de novembro confirmou-nos a democracia, mas o 25 de abril, foi de facto, um momento importante que convém que seja festejado sempre, embora também não pode ser um momento, só por si, toda a aglutinação na minha opinião, da Liberdade e da democracia, não pode ser colocada no 25 de abril, mas isso é uma opinião pessoal, de qualquer das formas foi de facto um dia importante que o Sardoal faz questão de celebra, com toda a pompa e circunstância, através dos eventos que todos conhecemos. Este ano não se pode realizar, por motivos meteorológicos, as corridas da liberdade que se vão realizar amanhã dia 1 de maio, mas, apesar da chuva intensa, realizou-se o hastear da bandeira e a banda e a fanfara dos bombeiros debaixo de chuva bastante consistente, que tiveram que se abrigar em locais para não se molharem, mas a verdade é que as cerimónias realizaram-se e penso que ficou marcada a data convenientemente. Depois em relação às outras datas teremos também que arranjar uma forma de as comemorar, com a mesma dignidade que se comemorou o 25 de abril, com a exposição da banda desenhada na biblioteca muito interessante e muito importante para que os adolescentes, ou seja, aquelas pessoas que não viveram 25 de abril, no fundo percebam o que o que é viver sem liberdade, é uma coisa que as pessoas que distantes desse tempo, de facto não sabem e, hoje em dia, os miúdos que nascem então depois de 2000, esta geração mais recente, de facto é qualquer coisa que parece um filme, mas não foi o filme foi verdade, daí que é importante continuar a marcar estas datas que é para que as pessoas não se esqueçam que às vezes a liberdade está tão perto, mas às vezes de repente a gente não pode dar a liberdade e democracia como um dado adquirido porque, como estamos fartos de ver em muitos países é qualquer coisa que de vez em quando se desvanece num instante, vejamos o que está a passar hoje na Venezuela, um golpe de estado, daí que as coisas às vezes são um bocadinho voláteis e há que, todos os dias, criar mecanismos para manter os valores da liberdade e da democracia.” -----*

## **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves dizendo “Não posso deixar de referir em primeiro lugar a Semana Santa, quero parabenizar todas as associações e as pessoas, em particular os que lá trabalharam no enfeitar daquelas Igrejas e Capelas. Eu acho que apesar de existir um salto qualitativo na maioria dos espetáculos, eu acho que poderíamos ainda melhorar um bocadinho, nomeadamente no teatro do Getas, no teatro de rua do Getas. Eu acho que que temos de capacitar aquele grupo com meios sonoros diferentes, com alguma forma de os poder ajudar, acho que foi muito interessante tirarem as baias de proteção, não houve grande atrapalhação e as pessoas puderam ver mais em cima e não prejudicaram o teatro, mas ao nível do som, a mim deixou-me um bocadinho de amargo de boca, poderemos melhorar nesse sentido. Depois também felicitar o coro do Getas e a Universidade Sénior do Sardoal aqui no Centro Cultural, que foi um espetáculo muito interessante, depois também, assisti ao coro infanto-juvenil e ao concerto da FUS na Igreja Matriz, que foi muito, muito, muito giro eu acho que aquelas crianças foram dar ali uma alegria muito grande ao espetáculo. Falando na Semana Santa no enfeitar das capelas, das igrejas, uma palavra de apreço às Irmandades do Santíssimo Sacramento, à Irmandade da Vera Cruz, as procissões organizadas pela Santa Casa da Misericórdia, para todos, os meus sinceros parabéns, pareceu-me a mim, posso-me enganar e, era bom que nós conseguíssemos aferir isso, que devido à crise ou a suposta, a suposta não, existente greve dos camionistas de transporte de matérias perigosas, que havia menos gente, recordo-me que tinha familiares que me telefonaram a perguntar, pareceu-me, posso enganar, Miguel há combustíveis do Sardoal, eu dizia-lhes que não, havia em Vila de Rei, por acaso sabíamos que havia em Vila de Rei, pode eventualmente ter, fiquei com esse sentimento, nomeadamente na Procissão dos Fogaréus, que é aquela que eu mais gosto, que eu mais aprecio e que eu estou faço questão de nunca faltar, pareceu-me que existiu. ----- Por outro lado, não posso deixar de falar do 25 de abril, que acho que é o momento que deve ser celebrado, lembrado, o Partido Socialista, esta bancada e os militantes e os amigos, celebraram o nosso almoço tradicional, as cerimônias realizaram-se, como disse e bem o Presidente, comemora-se a liberdade e a democracia e, há gerações que nunca a viveram e que nós não podemos esquecer, não podemos deixar de celebrar o 25 de abril porque, eu explicar ao meu filho que ele não conseguia há 40 e tal anos atrás uma série de, opinar, falar, aceder à internet, navegar no Facebook, também não existia, mas é difícil ele perceber isso, ouvir uma música que eu gostasse um filme, qualquer filme, um

*livro é muito complicado, porque nós não podemos esquecer que o 25 de abril existiu e é para ser celebrado.-----*

*Queria também falar aqui sobre a Igreja Matriz, entristece-me que não seja considerado um imóvel de interesse nacional. No concerto da Filarmónica, estava ao lado do Padre Carlos e perguntei-lhe se existiu a reapreciação, ele disse, Miguel foi mesmo nessa reapreciação que essa resposta foi dada, o que é complicado. Li recentemente também, que o presidente do Turismo do Centro Doutor Pedro Machado, escreveu que nas visitas às capelas que fez connosco, que vai ser efetuada uma nova candidatura, portanto eu fiquei com a dúvida. O que eu queria dizer à pouco foi o seguinte, a Secretaria de Turismo disse que o património não era de interesse nacional e por isso foi recusado, numa primeira, eu perguntei se existiu reapreciação e o Padre Carlos disse que foi nessa reapreciação que responderam assim. Entretanto quando li as declarações do Doutor Pedro Machado fiquei na dúvida, porque ele disse que vai ser submetido a uma candidatura mas vai ser reapreciada, portanto, é nesse sentido que eu quero falar.*

*Recentemente também ouvi falar numa questão, da Sarplás, ouvi falar que já tinha existido um comprador, que existe o comprador, nomeadamente um estrangeiro, falaram-me num holandês salvo erro, que fazia ou que quer fazer um género de uma destilaria, com produtos de folha de eucalipto para exportar, fazer exportação dessas matérias-primas, se for é importante, criação de postos de trabalho e gostava que o Senhor Presidente também nos dissesse qualquer coisa sobre isso.”-----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “Senhor Presidente da Junta de Freguesia, eu acho que há coisas que nós temos que saber fazê-las, permita-me e, há coisas que são importantes. Nós, políticos com responsabilidades, sabermos qual é o melhor momento para falarmos sobre algumas coisas, estou a referir-me nomeadamente a este ultimo ponto que o Senhor falou, é um assunto que a câmara tem estado a acompanhar mas é um assunto de todo o interesse, do interesse do município, não me parece que tenha sido boa ideia ela ter sido falada hoje aqui, porque as coisas estão em fase de negociação, eu não vou falar sobre isso, não vou pronunciar-me sobre isso, a não ser dizer, que a Câmara Municipal está a acompanhar e no devido momento nós falaremos aqui sobre esse assunto agora enquanto as coisas não estiverem terminadas, enquanto as negociações não estiverem terminadas, qualquer coisa que nós possamos dizer sobre este assunto poderá não ajudar o processo, por isso peço-vos a todos, inclusivamente os jornalistas aqui presentes, para bem do Concelho de Sardoal, reserva sobre este assunto. Posso dizer que já reuni por duas vezes com várias entidades, eu*

*estou a acompanhar o processo, a Câmara está a acompanhar o processo, peço-vos, até que o processo termine, que tenhamos todos, reserva sobre este assunto porque ele não é público, nós não temos autorização para falar sobre este assunto e o dia em que falarmos sobre este assunto, se um dia acontecer, esse dia terá de ser em acordo com os possíveis ou eventuais Investidores/ compradores da Sarplás, peço-vos a todos, reserva sobre este assunto, até que na verdade nós não tenhamos dados concretos, sendo certo que muitas vezes o segredo é a alma do negócio e não vou dizer mais nada sobre isso. Na determinada altura, quando for o momento exato, quando as coisas estiverem concretizados, quando houver autorização dos verdadeiros interessados, que são as pessoas, os investidores, nessa altura eu pronunciar-me-ei sobre isso, até agora, peço-vos e inclusivamente aos jornalistas presentes na sala, peço uma enorme reserva em relação a esta situação, porque tenho receio que a divulgação deste assunto possa eventualmente ser prejudicial em relação às negociações que estão em curso, mas como digo, estamos a acompanhar e, mais não vou dizer. Mas qualquer das formas terei todo o gosto de falar com o Senhor Presidente de Junta num outro âmbito que não aqui e esclarece-lo.” -----*

*Interveio o Senhor Presidente da Junta de Sardoal, referindo “Ninguém dentro do município me veio dizer que isso existiu, portanto se isto está cá para fora, deve ter partido do proprietário, penso eu, portanto estar aqui a colocar políticos com responsabilidades, está-me a chamar irresponsável” ao que o Senhor Presidente da Câmara retorquiu “Eu não disse isso, eu disse que nós temos responsabilidades.” -----*

*Continuou o Senhor Presidente de Junta dizendo “De forma alguma que eu quero prejudicar o Sardoal, o nosso concelho e a minha freguesia onde eu sou Presidente de Junta, que não seja construída uma empresa ou um comércio ou o que quer que seja. Você tinha razão e tudo aquilo que disse, poderá não ser, porque eu não sabia em que ponto é que isso estava, foi-me transmitido, quando você diz políticos com responsabilidade, peço desculpa, mas acho que não falhei à responsabilidade e não quero prejudicar o Sardoal por isso.” -----*

*De novo, o Senhor Presidente da Câmara refere “Eu disse que nós todos, nós aqui, temos responsabilidades e, como tal, temos que saber até onde é que podemos ir, o nosso discurso, a nossa palavra, eu não disse que havia aqui alguém irresponsável, é completamente diferente, eu disse que nós temos responsabilidades e, um assunto destes, delicado, que é delicado, eu terei todo o gosto em falar com o Senhor sobre isso, mas lamento profundamente que o Senhor tenha trazido este assunto*

*aqui, é a minha opinião. Eu percebo que o Senhor não tem má intenção nisto, mas perdoe-me, se calhar não anda há muitos anos nisto, nestas coisas aqui, se calhar, peço desculpa mas não, oiça, ninguém mais do que eu tem vontade de chegar um dia aqui, ou seja onde for e anunciar isto, ninguém mais do que eu tem essa vontade, agora também não posso, perante uma Assembleia e dizer, não, isso é tudo falso, não é verdade, porque não é, há na verdade, algo está a acontecer e esperemos que esse algo que está a acontecer chegue ao fim. Peço-vos a todos, para bem do nosso concelho, mais uma vez, que tenhamos reserva sobre isto que aqui se passou.”-----*

*Continuou o Senhor Presidente da Câmara dizendo “Em relação à Igreja Matriz, não é bem assim como o Senhor disse, sendo certo que, vamos ver, também não está de todo errado, mas é uma questão só de conceitos. A Igreja Matriz precisa de ser requalificada e a Câmara Municipal conjuntamente com o dono da Igreja Matriz, que é a Igreja, tem tentando encontrar forma de arranjar financiamento para a requalificação, para o arranjo daquele monumento, que é de interesse cultural, interesse patrimonial, interesse nacional, não está classificado como, mas é de interesse, está a nossa história, a nossa cultura, a nossa tradição. O que é que acontece, nós temos tido uma batalha quase idêntica à da escola e ganhamos, trazendo cá, já cá veio a Senhora Diretora Geral do Património, mostraram-lhe a igreja, já cá veio pelo menos um Secretário de Estado, mostraram-lhe a igreja, sensibilizaram-no para a importância da requalificação da igreja, para a importância de não deixarmos que aquele monumento se degrade. O que aconteceu foi, houve uma candidatura, a primeira candidatura ao Valorizar, Programa Valorizar, que é da responsabilidade do Turismo Secretaria de Estado do Turismo e, essa primeira candidatura, que foi feita pela igreja ou por alguém que fez pela igreja, alguma entidade, a candidatura não teve mérito para ser financiado numa primeira fase, eu até compreendo, porque se analisarmos a candidatura, vimos que na verdade havia ali um conjunto de situações que seriam importantes lá estar, não faz sentido fazer uma candidatura, sem que, por exemplo, se faça referência aos quadros de Sardoal e, nós fizemos o contraditório, nós Câmara Municipal reforçamos, apoiamos, não fizemos, o nosso gabinete técnico, o nosso gabinete de turismo, o gabinete dos fundos comunitários e do património arte e restauro, refizemos a candidatura e apresentamos a candidatura. É claro, a forma leviana, eu atrevo-me a dizer assim e, acho que ninguém se vai ofender com isso, porque se há alguém que deva estar ofendido somos nós sardoalenses. Dizer que aquela igreja não tem interesse turístico, é no mínimo, de quem está num gabinete e que faz aquilo a régua e esquadro e dizer que que a Igreja Matriz de Sardoal não tem interesse turístico entre outras situações que lá*



estavam. Pronto, isto foi-me comunicado pelo Padre Carlos, porque nós tínhamos apoiado nesta candidatura, procedimentos, pelo menos na estratégia, no conceito, enquadramento e, posso dizer que eu escrevi uma carta à Senhora Secretária de Estado, a primeira coisa que fiz foi convidar a Senhora Secretária de Estado para visitar o Sardoal na Semana Santa e queria mostrar-lhe o interesse da Igreja Matriz, queria que ela visse que não era assim como os gabinetes que ela tutela, a noção que eles têm e as barbaridades que dizem, e queria que ela visse e que fosse ela a ver, que havia ali muito disparate. A Senhora Secretária de Estado não pode vir por uma questão de agenda e entretanto, eu escrevi-lhe, dizendo, manifestando o desagrado pela forma como tinham feito referência à Igreja Matriz, pela forma como as referências foram feitas e convidando-a a vir visitar a Igreja Matriz e não só. Recordo também o Pórtico da Igreja da Misericórdia, que precisa também de intervenção, para perceber realmente o que é que se passa, o que é que está a passar. Nessa carta de convite disse, escolha a senhora a data e quando quiser nós estamos cá para a receber e para lhe mostrar, e manifestei o meu desagrado pela forma como as coisas foram ditas.

Ponto seguinte, está neste momento a decorrer novamente uma candidatura ao programa Valorizar com reforço financeiro e é aqui que tudo bate, o dinheiro esgotou, pronto, podiam eventualmente ter feito de outra forma, aprovado mas sem situação financeira, há muitas formas, isto depende de ministério para ministério, agora, há novamente o reforço de verba, nós disponibilizámo-nos e estamos novamente em articulação com a igreja, dentro daquilo que é a nossa estratégia e, recordo que nós aqui aprovamos alguns documentos estratégicos, no âmbito do desenvolvimento do nosso concelho, onde incide principalmente no turismo, estamos novamente a trabalhar esta nova fase do programa Valorizar, mas posso dizer também que estamos a trabalhar não só com a igreja mas também com a Santa Casa da Misericórdia, ou seja, todos os detentores deste património para que em conjunto tenhamos mais força para sensibilizar estas pessoas, que analisam estas coisas no gabinete e, para os quais nós ainda continuamos mesmo a viver no interior, muito, muito, muito distante e, aos quais eles nunca tiveram o privilégio de visitar, por isso, a ignorância é livre e é disso que se trata, foi pura ignorância a forma como avaliaram a nossa Igreja Matriz.

Só queria também dizer que concordo com o Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal quando se refere ao teatro de rua dos Getas, eu acho que este teatro, a recriação da paixão e morte de Cristo, de um potencial enorme, é um momento, tem um potencial enorme e deve ser melhor trabalhado. As questões técnicas, pois, o Getas têm pessoas que sabem como é que estas coisas se fazem, têm de as

fazer, não podem fazer de véspera estas coisas, têm que ter algum planeamento, mas já com a presidente do Getas fizemos alguma reflexão e, queria alargar essa reflexão com outros elementos ou com a direção do Getas e outros elementos que participam, sendo certo que aquilo que a Câmara diz é, estamos cá para dar apoio. É verdade, a questão do som foi uma falha grave, que, se as pessoas não estão a ouvir aquilo que se está a passar, as pessoas desmobilizam completamente, começam a falar com a pessoa que está ao lado e começa a criar burburinho, é isto que se passa além de outros pormenores. Aquilo que nós fazemos e, que é importante que as pessoas o saibam aproveitar, é esta articulação que nós fazemos, por exemplo, no âmbito da rede Eunice do Teatro Nacional Dona Maria II, por exemplo, no dia em que vier cá a peça, a próxima peça Frei Luís de Sousa, o próprio encenador da peça, Miguel Loureiro, um dos grandes ensaiadores do nosso país, um dos grandes homens do teatro do nosso país, vai dar, durante dois dias, formação aos membros do Getas, faz parte também, é uma preocupação que eu tenho e que manifestei à direção do Teatro Nacional Dona Maria, acho que nós queremos mais do que chegar aqui, fazer uma peça ir embora, queremos que eles nos deem canas para o pessoal daqui da terra poder pescar e, é isso que vai ser feito. Isto vale o que vale, é a sensação que nós temos, eu não fiquei, ao contrário daquilo que eu pensava, contrário daquilo que eu receava, por causa, precisamente como o Senhor disse, a questão do gásóleo, eu não me parece que tenha havido menos gente e, o feedback que tenho, por exemplo da nossa restauração, houve pessoas que comentaram que foi como as festas do concelho, a dinâmica económica que deu estes dias, foi tudo idêntico à dinâmica que têm umas festas do concelho, sendo certo que pessoas que não vieram, mas também a falta de gásóleo permitiu que muitos não saíssem, por isso, se calhar equilibrou. Tivemos muitas visitas organizadas, tivemos todos os dias mais do que uma visita organizada, vindo de fora grupos grandes de portugueses. Em relação ao espetáculo da FUS eu não me vou pronunciar porque, como é que se diz, por conflito interesses.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Luis Salgueiro que referiu “Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente em que ponto de situação se encontra a resolução para os cruzamentos das entradas de Andreus bem como as alterações a fazer no interior da aldeia.”-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu “Em relação ao interior da aldeia aquilo que nós dissemos e estamos a falar de medidas de acalmia trânsito, é um nome do qual eu não consigo habituar-me, são passadeiras e outras coisas mais, mas que agora se chamam medidas de acalmia trânsito e, aquilo que eu já tinha dito é que foi pedido a uma empresa especializada para elaborar, para fazer um estudo para

*aquela zona até porque às vezes nós temos a ideia de que sabemos fazer as coisas e depois não sabemos, que é claro que nós partimos sempre de dizer, olhe e se isto ficasse assim, por exemplo pensamos, aqui se calhar ficava bem uma passadeira e eles dizem, não, nem pensar, não sabia por exemplo, que as passadeiras, não basta pôr uma passadeira nova, não basta pôr os riscos no chão, tem de haver uma zona antes em cada um dos extremos da passadeira, uma zona de proteção do peão ou seja, não pode ser a estrada, o muro, e logo a passadeira. A passadeira, tecnicamente bem-feita, tem que estar num sítio, mas que haja depois, espaço para o peão estar, ou mais do que um, para se atravessar a passadeira.*

*Nós, neste momento, já temos uma proposta feita pela empresa, queremos acertar pormenores, pedimos uma reunião, não sei se já está marcada a reunião com esta empresa que nos fez uma proposta, uma proposta de solução para o interior de Andreus, a zona dos cafés, que é uma zona onde nunca houve felizmente, nenhum acidente, mas é bom que possamos salvaguardar a eventualidade de um dia vir algum acontecer, também é certo que se todos nós cumpríssemos o código da estrada, o problema nunca se poria, pronto agora é uma questão de civismo também, mas muito bem, nós estamos aqui para ajudar as pessoas, para que as pessoas se sintam confortáveis e que sintam seguras e nós vamos fazer, é só questão dos processos contratuais, de chegarmos à conclusão do que é, que não é só ali, vai ser ali, vai ser na zona da piscina também, vai ser na zona da escola também, vai ser também, todas as passadeiras vão ser pintadas, também está dentro daquilo que nós temos agora, no possível caderno de encargos, também por exemplo, aproveitando as linhas que vão do cruzamento da variante a Valhascos, tudo isto vai ser feito neste momento.*

*Em relação ao cruzamento ou entroncamento da entrada de Andreus, é da responsabilidade das infraestruturas de Portugal e há um ano a Infraestruturas de Portugal pediram-nos uma reunião para dizer, depois de nós andarmos ali no ping-pong, a responsabilidade é nossa, é vossa, não é nada, é vossa, depois de andarmos ali num o ping-pong prolongado, as infraestruturas de Portugal chegaram ao pé de nós e disseram assim, não, é desta sim senhor, têm razão, é nosso, não façam nada, não podem fazer, somos nós que vamos fazer, porque aquilo é nosso, vocês não têm competência para fazer, o que é certo é que, passado um ano, as coisas estão por fazer. Cativação. Cativeiros é única forma que eu entendo e, as cativações dão nisto e, não posso entender de outra forma, a manta é curta, as cativações são uma coisa muito simples, há uma estrutura ou há um organismo em Portugal, um organismo do Estado que tem por exemplo, cem para gastar, mas a determinada altura o ministro*

*das finanças diz-lhe a partir de hoje você já não tens cem, passa a ter 40 e, mesmo desses 40, para os gastar tem que pedir autorização, isto são as cativações e, isto está, em meu ver, em meu entender, também neste processo de cativações. Agora, nós não podemos fazer, quando o fizemos, fizemos erradamente, nós não podemos fazer e porque a lei não permite também, porque não é nossa competência. Vamos continuar a insistir com a Infraestruturas de Portugal para que o façam.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco Antão para dizer o seguinte “Gostaria muito de começar a minha intervenção dando os parabéns ao meu companheiro de bancada do lado, que faz hoje 45 anos, não é todos os dias que se faz 45 anos, que é para todos nós, daqui a 45 anos novamente, o Joaquim Serra, ainda ande por cá, isso é que é importante.*

*Eu gostaria muito de falar sobre o 25 de abril mas penso que já se falou e bem, o suficiente, gostaria de falar sobre a Semana Santa, mas também já se falou e bem também, o suficiente, de modo que eu tinha aqui umas, duas ou três questões preparadas, mas vou-me limitar apenas a uma que nesta altura me parece, se calhar, a mais pertinente e que seria dirigida ao Senhor Presidente da Câmara como é natural. Então é assim, no âmbito do programa de apoio à redução tarifária ou parte, o poder central, Governo, criou este programa, destinado a reduzir o preço dos transportes com uma intenção, uma suposta intenção, de defender o meio ambiente e portanto, sendo um programa que abrangeria todas as áreas do território, inclusive, as áreas das comunidades do interior. Logo a partida não foi o que se verificou, houve logo uma tendência para se ir rapidamente atrás das grandes áreas metropolitanas, sabe-se porquê, é onde há mais votos, portanto justifica-se por aí, criou-se logo uma série de benesses, de benefícios para toda aquela gente que está por ali, nesses municípios que fazem parte da área metropolitana de Lisboa principalmente e, depois o Porto e, mais tarde pronto, lá se vai andando e portanto, entrou-se nas áreas das CIMTs, Comunidades Intermunicipais. Aquilo que eu tenho visto relativamente as CIMTs, particularmente a CIM Tejo, eu tenho acompanhado alguma coisa do que por lá vai passando, mas também tenho acompanhado o que se vai passando em outras comunidades, principalmente a da Lezíria do Tejo Oeste, todas as outras que estão nessa altura a lutar, ou a lidar, pelo menos, com este processo tal e qual como nós. Como a verba que foi atribuída à Comunidade de Médio Tejo foram oitocentos e tal mil euros, se a memória não falha, anda por aí, penso que não chegou aos 900000 € entendo eu, que há-de haver muita coisa que vai ficar para trás, há-de haver muita gente, há-de haver alguns municípios ou alguns serviços, que claramente não vão ser contemplados e neste, neste claramente, se calhar estará inserido o município do Sardoal. Ora, nós*

sabemos que o Município de Sardoal tem um transporte a pedido, tem esse serviço também, já sabemos que de facto as taxas também já foram reduzidas, mas também, tanto quanto sei, os serviços de transporte a pedido confinam-se à área limite do Concelho. O que é que eu pretendia saber, era se, de facto, no âmbito do contexto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, se está a pensar de alguma forma num programa mais abrangente, ou seja, que o transporte a pedido chegue pelo menos a Abrantes, a Torres Novas e a Tomar, porque são as áreas onde está inserido o Centro Hospitalar do Médio Tejo e, onde muitos munícipes de Sardoal se vão ter que deslocar, mas que mediante aquilo que de facto é a lei geral, ou pelo menos aquilo que vem de cima, se não houver da parte da Comunidade Intermunicipal um trabalho intensivo e digamos, como contar de tocados, digamos assim, com muita rapidez, se calhar o Sardoal, mais uma vez e, o interior, digo isto porque sei que há municípios que estão pior que o Sardoal, em piores condições, mas o que nos interessa aqui é o Sardoal, se de facto há alguma coisa, se o Médio Tejo tem alguma ideia, algum projeto, que este transporte a pedido saia do Sardoal e vá para além do Sardoal, não digo à comunidade toda, mas pelo menos a Abrantes, a Torres Novas e Tomar este serviço de facto chegasse lá. Sei que já está resolvido o problema dos passes ferroviários, a Câmara de Tomar e do Entroncamento, também a nível do Médio Tejo, penso que já avançaram com isso já há acordos, o Sardoal não tem estação de comboio, não tem linha, não tem transportes ferroviários, tem a próxima estação a funcionar em Abrantes, a de Alferrarede pouco funciona, tem Abrantes, portanto há transporte do Sardoal, da ponta do Sardoal mais distante para a estação ferroviária de Abrantes e, convém de alguma forma salvaguardar essa benesse que é dada às outras pessoas e, que muito provavelmente, se isto não for tido em conta, o concelho de Sardoal não vai ter. Era esta parte que eu queria de facto saber, se de facto existe ou não por parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo o tal avanço no programa, de que o transporte a pedido seja mais abrangente que aquilo que é atualmente e, portanto, que os preços sejam de facto também mais reduzidos, não estou a dizer que o preço e, já vi a tabela, o preço do Sardoal no transporte a pedido, a redução não tenha sido considerável, é nalgum aspeto, pese embora um passe, por exemplo no Sardoal, com o transporte de custo, de 40€ teve um desconto de 5 ou 10€, enquanto em Lisboa num passe de 200 € há um desconto de quase 100€, quer dizer, são exorbitâncias que custam a entender mas pronto é o que acontece. O que nos interessa a nós ou o que me interessa a mim particularmente, é saber se de facto o Município de Sardoal vai dispor, num futuro próximo, de um serviço que de alguma forma esteja equiparado portanto as grandes áreas metropolitanas, ou seja, um serviço pedido

*mais abrangente e que satisfaça pelo menos a ida a exames, a ida aos hospitais, a ida ao trabalho, porque há muitas pessoas a trabalhar nessas áreas, que satisfaça portanto as necessidades dessas pessoas.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “É verdade, houve uma alteração do tarifário de transporte a pedido, fruto deste programa, é verdade que se fizermos a divisão daquilo que é gasto em Lisboa por habitante, nós estamos a uma diferença enorme, em relação aquilo que é um investimento feito nos grandes centros que não é feito no interior. É verdade também que o transporte a pedido pode melhorar e, quando o senhor fala e muito bem, na articulação do transporte a pedido com, por exemplo Abrantes, a determinada altura, quando nós estávamos analisar os resultados no transporte a pedido, verificamos que o transporte a pedido no Sardoal é dos locais, dos concelhos, na altura que essa análise feita, agora de cor não tenho por certo, era dos concelhos onde melhor resultava. Houve uma grande dificuldade em implementar o transporta pedido no norte do concelho de Abrantes e feita a análise, concluímos o porquê, porque as pessoas do norte de concelho de Abrantes, maioritariamente, talvez esteja a exagerar, uma grande quantidade de pessoas passa por aqui pelo Sardoal, seja porque os filhos andam aqui na escola, ou porque vêm à loja do cidadão, ou porque foram à Caixa Geral Depósitos que fica mais perto e, a minha proposta era no sentido de que, uma carreira do transporte a pedido que fosse para Abrantes, dirigindo-se do norte do concelho de Abrantes, passasse precisamente pelo nosso concelho, essa proposta não foi aceite, não posso dizer mais nada, mas não nos estaria a ajudar a nós. Eu tenho que defender os interesses dos sardoalenses mas também tenho de olhar para um território, porque o nosso território vai para além dos 92 quilômetros quadrados que temos e, nessa lógica de perceber e analisar o território, a sugestão era essa mas essa sugestão não foi aceite, as pessoas lá saberão por que é que não aceitaram nem sequer estou a discutir as razões porque serão certamente válidas, mas eu acho que todos estaríamos melhor se houvesse uma carreira de transporte a pedido que viesse do norte do concelho de Abrantes, que passasse pelo Sardoal, deixasse as pessoas que vão aos atendimentos, com os diretores de turma, por exemplo dos seus encarregados de educação ou que viessem à Caixa, ou que viessem aos Correios e outros serviços públicos que nós aqui temos e, que estão mais perto da residência deles, do que a sede de concelho. Esta é a lógica territorial que deve imperar na comunidade intermunicipal mas pronto, ainda não foi possível implementar essa lógica talvez no futuro se calhar, os maus resultados poderão dar razão mas*

*eu acho que que podemos fazer muito mais, entrosar bem os percursos e não olharmos cada um, para a sua rede transportes.”-----*

*Interveio o Senhor deputado Rui Valente dizendo “Eu tinha aqui dois assuntos, um deles o Presidente já respondeu ali o deputado Luís Salgueiro, que tinha a ver de facto com uma informação relativamente à comissão de trânsito e segurança, que o Senhor Presidente na informação que nos deu numa reunião, penso que faz parte da informação que nos deu, teve uma reunião com essa comissão e tinha a ver com o facto, com a resposta praticamente já foi já dada ao deputado Salgueiro, tinha a ver com o facto, com a passagem de peões nos Andreus, com a repintura das estradas, com as placas e os controlos de velocidade, com as lombas, tem haver praticamente, o Presidente já respondeu.*

*Neste ponto falta-nos aquilo que abordamos, não sei se foi na última ou na penúltima reunião, que tinha a ver com a toponímia da freguesia de Valhascos, fazer o cadastro e dar nome a algumas ruas que não têm nome ainda e, isto tem a ver com o seguinte, ainda recentemente nos últimos 15 dias os bombeiros foram chamados à freguesia de Valhascos duas vezes, uma das vezes um dos munícipes estava em perigo de morte, estava presente um deputado aqui também presente, estive no local também comigo e, a dificuldade que os bombeiros e o INEM teve para chegar aquela rua e hoje precisamente, hoje o INEM foi novamente chamado aos Valhascos, andou a percorrer as ruas voltou à rua da Associação a perguntar às pessoas onde é que era a travessa, acho que era bom fazer um cadastro da Freguesia porque é urgente e necessário.*

*No restante o Presidente já respondeu.*

*Outro assunto tem a ver com e é uma boa notícia, o assunto que eu trouxe na última assembleia que tinha a ver com as Etars e transmitir aos deputados, que os tanques das ETARs já estão vedados, os dois, é uma boa notícia, agora falta o resto, falta pô-las a funcionar.”-----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo “Não são muitas as ruas de Valhascos que faltam dar o nome, agora aquilo que Senhor está a dizer não pode acontecer. Eu vou averiguar o que se passa, sendo certo, que também há aqui coisas que não estão a correr bem, que é no sentido de nós termos sido pressionados no sentido de dar nomes às ruas e, depois de nós termos enviado os dados a quem de direito as coisas ficaram noutra sítio que não conosco, vou lhe dar um exemplo, na minha casa já precisei e a minha rua hoje chama-se Rua Central da Tapada da Torre, oficialmente assim designada, e às vezes quando digo que é na Rua Central da Tapada da Torre, esses organismos que já têm os dados, ou que deviam dar uso a esse dados, dizem que não existe, ou seja, não atualizam os dados, os*

*dados não estão atualizados, agora eu precisava que o Senhor, depois no fim, me dissesse concretamente quais foram as ruas onde isso aconteceu para nós percebermos, mas isso pronto, o registo do INEM, percebermos porque até vamos ver se o INEM também trabalhou bem, porque às vezes há segundos e minutos que são muito importantes para salvar uma vida, temos que perceber eu tenho que perceber e depois o Senhor vai fazer o favor de me explicar melhor, porque vamos ter de perceber concretamente o que é que falhou. As ruas do Sardoal todas elas têm nomes, mas com alguma frequência encontramos o INEM e ir para trás e para diante à procura de determinada rua, o problema pode não ser só nosso e, as ruas do Sardoal, todas elas têm nome acho que todos nós já fomos testemunhas disso de andarem por aí para trás e para a frente à procura.*

*Também há uma questão agora que dificulta as coisas, por exemplo GPS, se alguém vier para o Sardoal para ir para Largo da Câmara, pelo GPS, vem lá por baixo pela zona das Olarias, pelas ruas de pior acessibilidade, já nos aconteceu estarmos à espera do Secretário de Estado, a olhar para a Avenida a ver por onde é que ele veio e veio dali.*

*Tem que se perceber o que é que está aqui atualmente a falhar, vamos ver quais são as ruas de Valhascos que não têm nome, mas digo-lhe, no Sardoal o INEM anda aí muitas vezes por trás e para diante a tentar perceber onde, é que é a rua tal e todas elas têm nome, então tem que se perceber, isto é um assunto muito importante e que tem que se perceber. Eu hoje já não, mas com a maior brevidade possível vou perceber o que é que se passa e se for caso disso falar com o INEM.*

*Em relação à Comissão de Trânsito Municipal, é um órgão chamemos-lhe assim, da Câmara Municipal, que neste momento é presidida pelo Vereador com o pelouro do trânsito que é o Vereador Pedro Rosa e os assuntos são analisados, aliás tudo isto estava no nosso plano de atividades e orçamento, que era a nossa intenção fazermos isso, só que as coisas não são assim tão depressa, tão rápidas com nós queremos, muitas vezes por causa dessas questões técnicas.*

*Em relação à questão que o Senhor levantou sobre a Etar de Valhascos, como lhe disse, nós contactámos a Águas do Vale do Tejo e diz, em resposta a vossa comunicação a qual mereceu a nossa melhor atenção, vimos pelo presente prestar os esclarecimentos solicitados relativos à Etar de Valhascos sul. No passado mês de fevereiro verificou-se uma obstrução do emissário da saída da Etar a qual originou o retorno do efluente tratado, para um tanque que se encontra fora de serviço, adicionalmente, em consequência da chuva intensa que se verificou nos dias anteriores, o tanque ficou cheio, com um misto de efluente e água pluvial, o que terá estado na origem da situação reportada.*



*Logo que detetada a situação foram desenvolvidos os trabalhos necessários, nomeadamente no que se refere à desobstrução do emissário e posterior limpeza do tanque não se tendo verificado qualquer anomalia nesta instalação após intervenção efetuada.*

*Estamos a falar de Etars que estão na responsabilidade da Águas do Vale do Tejo e sabemos que as Águas do Vale do Tejo vão requalificar as Etass inclusivamente as de Valhascos, agora, quando nós não conseguimos perceber a rapidez, nem sempre é a que nós gostaríamos também, mas pronto as Etars novas estão, hão-de vir, para não falhar. Agora é certo que se mantenham em condições de poder ser usadas sem que isso tenha prejuízo para o ambiente e como o Senhor diz e muito bem já foram criadas.” -----*

*Intervio de novo o Senhor deputado referindo “Relativamente aquelas Etars, a Autarquia está a pagar a passagem da água, a limpeza das águas.” -----*

*O Senhor Presidente respondeu “Nós estamos a pagar, temos um saneamento das águas residuais daquelas, de todas as Etars, de acordo com aquilo que é o contrato que nós temos com as águas de Lisboa e Vale do Tejo ou por estimativa, não lhe posso dizer, ou por medidor de caudal.” -----*

*Diz o senhor deputado o seguinte “Isso é complicado porque o saneamento está direcionado para a Etar Sul está a receber muitas águas.” -----*

*Responde o Senhor Presidente “É um problema que nós temos e, por isso, temos um investimento nosso, daquilo que são as nossas Etars, daquilo que é a nossa rede, nós temos previsto um investimento que aliás já apresentamos a candidatura, só para o concelho de Sardoal, de 2,4 milhões de euros, porque sabemos que realmente é isso que tem que ser feito, e posso-lhe dizer, por exemplo, a conclusão do saneamento na Cabeça das Mós, aquela parte alta onde temos ali o ilustre municípe que mora naquela zona, a desativação da ETAR norte da Cabeça das Mós e, a construção de uma nova ETAR na zona sul, a substituição da Etar de Tojalinho e, substituição da Etar de Vale das Onegas, se quisermos juntamos também ao investimento que que está previsto e, para o qual fizemos a candidatura da ligação de São Simão ao depósito de Carvalhal, estou a falar agora, na questão do abastecimento de águas e conseqüente desativação do atual furo, porque tememos que nos próximos dois, três anos, deixemos de ter a requalificação da ligação de Valhascos ao depósito de Cabeça das Mós e, desativação também do furo de Valhascos, estamos a falar no âmbito do saneamento básico, de investimentos na ordem de 2,4 milhões de euros, que nós prevemos fazer, aliás fizemos a candidatura para os próximos anos.” -----*

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, para dizer *“Três questões, ou melhor, uma questão, uma observação e um comentário. A primeira questão, para o Senhor Presidente, tem a ver com as faixas de proteção contra incêndio junto a estrada. Eu reparei nos últimos dias, que ali na estrada 2443, na zona da Serra de Santa Clara, na zona da Serra de Alcaravela, foram efetuados alguns cortes de árvores, nomeadamente pareceu-me ser sobreiros, queria que o Senhor Presidente confirmasse se tem alguma informação disto, parece-me enfim, eu não sou engenheiro florestal, nem domino muito bem estas questões, mas fiquei preocupado, porque a confirmar se são sobreiros, são árvores protegidas e portanto, parece-me que não devia ter acontecido, portanto é saber se o Senhor Presidente tem alguma informação, se confirma ou não ou se de facto, a minha habilidade para identificar arvores é que é de facto má.*

*A segunda questão tem a ver com aquela grua que temos ali por causa daquelas obras, que se pensava fazer na Casa dos Almeidas, já tínhamos falado nisso em assembleias anteriores, mas de facto aquele incidente no Porto, nas últimas semanas, a mim, pelo menos, chamou-me logo à ideia, trouxe-me logo aquela grua, por muita fé que a gente tenha nos técnicos, que a montaram e, que por ventura fazem manutenção da mesma e, verificam a estabilidade da mesma, parece-nos que era de todo aconselhável eliminar este risco, porque este risco nós conseguimos elimina-lo, não precisamos só de o mitigar, podemos elimina-lo e portanto, parece-nos que seria oportuno, interessante, até mesmo necessário, entrar em contacto com quem direito, para que procedesse à remoção da grua com a maior brevidade possível, porque de facto se já não está lá a fazer nada, pelo menos por agora, acho que sim.*

*A última nota tem a ver com a segurança não sei se se estendeu a outras freguesias, se a outras zonas se não, mas na Freguesia de Alcaravela nos últimos dias houve alguns casos, de pelo menos um episódio, de uma idosa que foi assaltado, foi levada, não a entregar mas enquanto alguém a ocupava, outras pessoas se entraram na casa e viraram a casa de pantanas e levaram alguns bens, meramente dinheiro, é verdade que a pessoa em questão acabou por adotar alguns comportamentos de risco e, é nesse sentido que gostava, que eu trago aqui este assunto para alertar nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta para, caso não tenham tido conhecimento, para que fiquem de facto ao corrente e pedir ao Senhor Presidente, que dentro das entidades ou dos organismos que fazem parte, que estão ligados à Câmara Municipal, não só as autoridades mas outros departamentos da Câmara Municipal que possam, que de facto se tente mais uma vez e de, se calhar até, pessoa a pessoa, casa a casa,*

*sensibilizar as pessoas para os comportamentos de risco, por que é disso que se trata. Hoje em dia não podemos confiar em desconhecido para nada e, só para que as pessoas que não acompanharam para que fiquem ao corrente, mesmo só terminar, tudo isto começou com um pedido de um estranho para usar a casa de banho de uma pessoa idosa.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “É verdade, é uma preocupação, a minha mãe mora no centro de Abrantes e há pouco tempo, mesmo no centro, perto da Câmara Municipal e também lhe aconteceu uma situação idêntica. O CLDS, no passado, fez um trabalho em colaboração com o GNR, sensibilizando os idosos neste sentido. O CLDS terminou o 3G, e vai começar o 4G, está a decorrer neste momento concurso e, é também uma das áreas que é importante que se tenha em atenção, continuar nesta sensibilização, de qualquer das formas, há coisa que eu tenho vindo a alertar e a prova disso, não há muito tempo, até no programa, prós e contras, com o Senhor Ministro da Administração Interna, lhe disse que nós temos falta de elementos da GNR no nosso território, antigamente tínhamos uma GNR presente e dissuasora, hoje temos uma da GNR reativa. Vamos lá ver, este é um problema, antigamente estavam no terreno, nós sabíamos que a qualquer momento, as pessoas sabiam que a qualquer momento, naquela esquina podia aparecer um elemento da GNR e deixe-me que lhe diga, que nós até nem estamos assim muito mal, já estivemos bem pior. Volto a dizer que, e mesmo nesse programa também, o Senhor Ministro não confirmou de certa forma os dados, quando eu disse que um general da GNR me tinha dito que eram necessários 4000, só para o interior, precisava de 4000 efetivos e o Senhor Ministro disse que já tinham entrado 500 e eu disse, já só faltam 3.500. Alguma coisa está a ser feita, vamos tentar sensibilizando, não é fácil.-----*

*Em relação à grua não é confortável ter aquela grua ali penduradas sem estar a trabalhar, o ideal é que ela esteja a trabalhar, o proprietário já foi notificado no sentido de e como o processo está, como quisermos chamar, interrompido está em stand-by seja como for, como o processo está, não quer dizer que o promotor não possa ser este promotor, com o qual nós fizemos o protocolo, agora, nós não podemos é ter aquilo, já foi notificado nesse sentido, ele já levou alguns equipamentos que tinha aqui, esperamos que a grua saia rapidamente também, mas eu faço, tenho intenção, de nos próximos dias voltar a insistir para a retirada da grua e que possamos ter rapidamente uma ou duas lá no lugar daquela, mas a trabalhar e que não seja só ao sabor do vento.*

*Em relação ao corte de árvores estamos a falar de uma questão pura e simplesmente técnica, das quais os políticos, que é o nosso caso temos que dar cobertura, fazendo cumprir aquilo está na lei e, na*

*verdade o que acontece, aquela faixa, a faixa de 10 metros de rede secundária, tem que ser, tem que ser feita a gestão de combustível e a gestão de combustível pode ser feita de várias formas. É verdade que aquelas árvores, sobreiros, são espécies protegidas, tem uma legislação própria, mas também é verdade que não é por ser o sobreiro, azinheira ou o que quisermos, que a gestão de combustível não tenha que ser feita, tem que ser feita, mas só não foi feita na altura em que foi feito as outras faixas, porque precisa realmente de autorização do CNF e o trabalho só foi feito agora por só agora é que chegou a autorização do CNF, por isso há autorização para fazer. Tenho pena, sobreiro, azinheira são árvores, são plantas protegidas só agora é que está a ser feito, por só agora é que chegou essa autorização.” -----*

*Intervio o Senhor deputado Joaquim Serra referindo “A minha questão está relacionada com a preocupação com os incêndios florestais, com o trabalho que tem sido feito nas faixas de limpeza, portanto, tem sido feito um bom trabalho, portanto incluindo a utilização de produtos químicos, incluindo a limpeza dos caminhos racionais, penso que é assim que se diz, na zona de Alcaravela tem sido feito limpeza. Tivemos a visita do Senhor Primeiro-ministro, uma série de Ministros e Secretários e outro pessoal afim, e foi uma honra receber essas individualidades, no entanto, a maior parte dos particulares, para cumprir a lei, procederam também a limpeza daquilo que são obrigados, portanto alguns até já há bastante tempo porque agora já voltou outra vez, portanto, a crescer portanto, a vegetação, no entanto a minha questão está também relacionada com o caso daqueles proprietários que não limparam e pura e simplesmente não quiseram saber, esses estão a ganhar porque não tiveram despesa portanto, não tiveram o que limpar e eu trago aqui o exemplo mas penso que há, posso dar dois exemplos, mas trago aqui um exemplo que preocupa muito, portanto que é, mesmo à entrada dos Panascos onde existe uma plantação de eucaliptos bastante extensa porque é uma plantação que vem do interior da parte portanto, mais florestal e, que depois se estende a menos de 50 metros das casas e dentro das faixas de proteção da aldeia, portanto, e aquilo é uma faixa de eucaliptos, que no caso portanto, se for um incêndio, no dia que não haja condições climatéricas para isso qualquer incêndio se apaga e não tem problema se for um incendio naqueles dias em que ninguém o consegue combater, que foi aquilo que nos aconteceu e causou todas as mortes no nosso país, que ninguém consegue combater incêndio, porque as faixas, as condições de vento e humidade não permitem, portanto, aquilo vai ocorrer ali nos Panascos, vai ser uma chuva de fogo de folhas de eucalipto a cair sobre a população portanto, os eucaliptos estão a menos de 50 metros das casas e*

*dentro da faixa de proteção da aldeia, portanto, e custa um bocado a ver as limpezas que são feitas dentro dos caminhos vicinais e quando depois, os próprios particulares neste caso não é a Câmara que tem de cumprir mas custa-me saber se houver um problema como já aconteceu noutras zonas do país, de quem é que vai ser a responsabilidade por aquilo que possa vir a acontecer e, acho que já falei nisto várias vezes e tenho vindo a falar, acho que é interessante trazer aqui porque toda aquela extensão de eucalipto da parte florestal e depois vem mesmo até ao pé das casas, portanto aquilo vai causar ali uma chuva de fogo naquelas condições que nós sabemos que acontece uma vez ou duas por ano mas que estamos sujeitos a que possa acontecer.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “Nós tivemos o cuidado de mostrar ao Senhor Primeiro Ministro os bons exemplos, os maus temos guardados para resolver. O Senhor Primeiro-ministro e o Secretário de Estados sabem perfeitamente que essas coisas, o nosso concelho maioritariamente está bem, porque os proprietários, na sua grande maioria, fizeram aquilo que tinham a fazer e a Câmara Municipal também, o Estado também fez no nosso território aquilo que tinha que fazer, houve aqui um conjunto de forças que trabalharam nesse sentido. É verdade que há proprietários e temos umas boas dezenas de proprietários incumpridores, que vão ser multados, garanto-lhe, ainda não chegaram, multa, processo burocrático, audiência, a nossa jurista já já os ouviu a todos neste momento e, já uns autos foram levantados por nós, outros pela GNR e agora posso dizer que, brevemente, as pessoas que não cumpriram vão ser multadas, posso-lhe dizer também que há aqui um racional, que nesta primeira fase, vai ser aplicada de comum acordo em relação a todos. Houve aquele proprietário incumpridor, mas que depois, mesmo fora do prazo cumpriu, limpou, vai ter como sanção, uma admoestação, os outros, que depois de avisados, depois de receber o auto, não o quiseram fazer, vão ser multados. Brevemente começarão, se calhar alguns já receberam, ainda não disseram nada a ninguém. Agora há aqui outro processo que também é muito importante e nós aqui vamos ter aqui também um ponto na ordem trabalhos para nos ajudar nesse processo, os municípios têm obrigação de se substituir aos proprietários incumpridores, um processo que correu muito mal o ano passado, porque o governo e muito bem fez uma linha de crédito de 50 milhões de euros para os municípios que pudessem, se substituir aquilo que são competências dos proprietários incumpridores e competências do estado, na salvaguarda de pessoas e bens, mas essa competência seria delegada aos municípios através desse financiamento. Nós fomos dos 18 municípios que nos candidatamos neste país, do total de 50 milhões de euros, infelizmente, só seis milhões é que foram sujeitos a candidaturas e, o que é*

*certo, é que o Governo depois não cumpriu, porque havia um conjunto de prazos e, até hoje, ainda estamos neste momento à espera da assinatura do contrato, com a Direção Geral de Finanças e Tesouro, que tinha, de acordo com a calendarização passados 20 e poucos dias. Por lei o contrato devia de estar para ser assinado e não foi. Estamos a falar de outubro e eu conversei isto com o Senhor Ministro, conversei isto com o Senhor Secretário de Estado da Floresta, com o Senhor Secretário de Estado de Proteção Civil. O problema não é, foram eles que me disseram, não é dedução minha, o problema não é do Senhor Ministro da Administração Interna, o problema não é dos Senhores Secretários de Estado da Floresta, o problema não é do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil nem do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, é de alguém mais abaixo mais perto do Tejo, mais perto do Terreiro de Paço, que tutela a direção-geral do tesouro e finanças que depois não deu o despacho ao desbloqueamento das verbas e, como tal, os municípios não se substituíram aos proprietários incumpridores.-----*

*Este ano está novamente no orçamento de estado e dizendo que a adaptação à portaria do ano anterior mantém-se com as devidas adaptações para este ano e nós já estamos num processo, já estamos em procedimento para começar a fazer e, acho que só a partir de amanhã só a partir do dia 1 de maio é que podemos começar a notificar os proprietários e dizer nós vamos limpar, nós estamos a fazer o levantamento, estamos no processo de contratação também de algumas empresas, para que possam vir fazer este trabalho que depois terá de ser, o município terá que ser pago. -----*

*Há aqui um problema também muito importante para mim, há aqui uma coisa que também falhou em todo este processo e que estamos à espera que o Governo diga como fazer, que é, os proprietários incumpridores porque não tem condições económicas para o fazer, quem é que faz aquilo? aquilo que foi dito em sede da Assembleia da República de comissão parlamentar pelo Senhor Ministro da Agricultura foi que, o Governo iria fazer sair um despacho no sentido de, quando comprovadamente essas pessoas manifestassem ou mostrassem que possam comprovar a sua insuficiência económica, os municípios não teriam de devolver a verba respeitante à limpeza dos terrenos desses mesmo proprietários e agora estamos à espera, estou à espera que venha essa situação. -----*

*Proprietários incumpridores, não vai haver benefício do infrator, não há, garanto-lhe, seria de todo injusto, as coisas demoram é muito. O Senhor também disse uma coisa também é verdade, o que a lei diz é, limpar e manter, agora tem que ser mantido. Há aqui outra questão também que eu já alertei os governantes para isso, aliás e quem nos acompanhou ou quem esteve presente na receção ao Senhor*

*Primeiro Ministro, foi um dos assuntos que eu falei, que devia de haver incentivos para aqueles proprietários que entregaram aquilo que é os seus bens, estou a falar de árvores, pinheiros, eucaliptos da rede primária por exemplo e, que ficaram absolutamente sem nada. Acho que o Estado devia compensar as pessoas e, na rede secundária, criar incentivos para que as pessoas possam substituir por exemplo os 50 metros em volta das casas, possam substituir aquilo que seria, ou seja a substituição do solo florestal por solo agrícola, porque pode ser ocupado por solo agrícola e nós tivemos bons exemplos, como foi o caso dos catos, como o caso do medronho, como é o caso do olival. Havendo esses Incentivos era muito importante que as coisas todas caminhassem todas ao mesmo tempo. Por isso, o trabalho está a ser feito, nós estamos atentos eu tenho participado bastante aliás, deixem-me que vos diga, que no próximo dia 8, já agora, os senhores deputados vão ser convidados, no próximo dia 8 por por solicitação do Presidente da CCDR Lisboa e Vale do Tejo, propôs ao Sardoal uma parceria para fazermos aqui um encontro, uma reflexão sobre a floresta, a floresta que temos, a floresta que queremos, a proteção civil que temos e, a proteção civil que queremos. Em princípio estou a aguardar a confirmação, mas nós sabemos que essas coisas são assim, em princípio iremos ter a presença do Secretário de Estado das florestas na cerimônia de abertura e do Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil na cerimônia de encerramento. Vai ser um dia precisamente de reflexão sobre essas matérias e mais uma vez, eu fico satisfeito que seja o senhor presidente da CCDR Lisboa e Vale do Tejo que se lembre do Sardoal e que peça ajuda ao Município de Sardoal, para realizar este evento no próximo dia 8, não está divulgado ainda, a divulgação vai sair na próxima quinta-feira porque houve atraso das entidades em dizer quem eram os representantes, estamos a falar na AGIF vai estar presente, ICNF, GNR, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, vai ser um dia muito, muito bom, muito interessante também, aqui para o nosso concelho.” -----*

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos dizendo “O nosso objetivo enquanto políticos e pessoas com responsabilidades, assenta numa comunicação clara e de reposição de informação e, serenidade, de serenar a população, e eu entendo que devemos aproveitar todas as oportunidades para tranquilizar e esclarecer as pessoas e, evitar a todo o custo, a disseminação de informação que que é menos verdadeira, menos tóxica, menos informada, menos conhecida. Eu tenho já há alguns anos, desde que foi presidente da associação de pais, uma alergia pessoal a certas conversas que vão surgindo e que são muito, às vezes alarmistas e, depois não chegam a lado nenhum e, portanto, senti-me na obrigação de pedir esta informação e este esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, um

*breve mas inequívoco esclarecimento enquanto na qualidade do dono da obra da escola sobre as condições de segurança e de níveis de qualidade do ar, para a população escolar e para a população em geral.”*-----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, dizendo “*Há um plano de segurança da obra, há uma empresa de higiene e segurança do trabalho que acompanha, há duas, a responsabilidade da parte do empreiteiro e a responsabilidade da parte da Câmara e há este acompanhamento, que está a ser feito agora, está a ser bem feito e, as coisas estão a correr bem e nós estamos a acompanhar de perto porque, quando tivemos uma dúvida, quando a primeira dúvida surgiu a primeira coisa que o dono da obra fez, entenda-se Câmara Municipal, foi dizer, pára tudo, e vamos perceber o que é que aqui aconteceu e, aquilo que aconteceu, em nada pôs em risco ninguém. Aquilo que aconteceu foi só mesmo uma falha de comunicação, os procedimentos foram os corretos, estou a falar naquela primeira fase que toda a gente sabe que eu ordenei que a obra parasse e sentamos à mesa e analisamos, vimos o que foi, a partir daí ultrapassou-se essa questão de comunicação e as coisas têm sido feitas com todo com todo o rigor que estas coisas exigem, estamos a falar principalmente e julgo que é esse o problema maior, pelo menos que nos têm feito chegar, as placas de fibrocimento, isso está a ser feito com todos os cuidados, está a ser feito por empresas especializadas. Eu entendo que o senso comum veja, mas aqui não é perigoso mas aqueles que não estão lá em cima parecem astronautas porque são os equipamentos de proteção individual que são obrigatórios a ter por pessoas que manuseiam aquilo de manhã à noite e, que são profissionais e que pode na verdade, haver junto deles o perigo de alguma placa partida e de libertar as fibras das placas, o risco não é superior aquele que existiu até agora, o risco não é superior e, um dos argumentos que foi ouvido, foi precisamente alertarmos os decisores, da importância de que os profissionais e que as crianças não estivessem expostos às placas de fibrocimento e por isso aquilo que nós podemos assegurar é que o risco neste momento, não é maior do que aquilo que já existiu durante muitos anos ao longo da escola, as coisas estão a ser feitas com todo o cuidado, com toda a segurança, com toda a vigilância, eu vou dar um exemplo como a história do herbicida, que não faz mal nenhum, toda a gente diz isso não faz mal nenhum, o que é certo é que, obrigatoriamente a pessoa que está a aplicar o herbicida tem que andar vestido que nem um astronauta e, depois eu digo assim, e como é que vocês querem convencer as pessoas que isto não faz mal nenhum se depois as pessoas passam na rua veem um astronauta a aplicar o herbicida pronto é porque ele trabalho de manhã à noite com aquilo a exposição a que está sujeito”*-----



## **ORDEM DE TRABALHOS**

### **1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA C) DO NRO. 2 DO ARTIGO 25º, DA LEI NRO. 75/ 2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo “*A atividade a qual nós estamos sujeitos é intensa como pode muito bem ser visto, ao contrário daquilo que tem acontecido, permitam que vos diga, ao contrário daquilo que tem acontecido nas outras informações, há aqui um aumento da dívida de cerca de 140000 €, mas tem uma razão este aumento da dívida, tem a ver com obras no âmbito do quadro comunitário que nós já pagamos e que já submetemos o pedido de pagamento mas que as entidades que têm que financiar ainda não fizeram estes reembolsos, por isso, daí este aumento da dívida de 140000 € que assim que entre ele desaparece automaticamente mas estou disponível para esclarecer os Senhores deputados alguma questão que queiram ver mais esclarecida e que o documento em si não o faça.*” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, referindo “*Queria só saber, na informação do presidente há aqui um tipo de obra na Tapada da Torre, se nos pode adiantar que tipo de obra está a ser feita, salvo erro em três habitações*”, ao que o Senhor Presidente respondeu “*São obras, obras várias que nós vamos fazendo sempre há muitos anos, são nos edifícios, desde a cozinha às vezes por novas cozinhas, os sanitários também, que às vezes não estão em condições alguns também que nós apoiamos as pessoas no sentido de por exemplo, tem banheira a banheira agora já não lhes serve por ter dificuldade em entrar, substituímos por poliban. São estes pequenos trabalhos de reparação e manutenção que fazemos nos diferentes apartamentos.*” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação. -----

### **2. ATRIBUIÇÃO DO NOME DE LUIS MANUEL GONÇALVES AO ARQUIVO MUNICIPAL;**

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo “*A minha intervenção é curta, rápida e faço-a porque se calhar sou das poucas pessoas desta casa presentes nesta sala, nesta altura que teve a oportunidade de lidar politicamente mais de perto com o professor Luis Manuel Gonçalves, como eu tive. Ele não foi, para além de todo o trabalho que desenvolveu em termos de história, aquilo que escreveu e também de outros que se basearam nos seus trabalhos e que ele próprio influenciou. Para além disso, como político, ele não foi apenas e só um mero Vice-Presidente ou um mero Vereador, foi muito mais que isso, em 1993 o Senhor Luís Manuel Gonçalves foi o suporte principal do bom funcionamento da Autarquia naquele primeiro mandato, pela capacidade que tinha, tinha muito mais*

*experiência, nas lides políticas que propriamente o Presidente da Câmara e exatamente por o Presidente da Câmara na altura reconhecer as qualidades dele, é que fez questão de facto, dele ser o número dois da lista porque ele nem sequer pertencia ao PSD, pelo menos não militava nas fileiras do PSD na altura e apresentou-se como independente, e só foi na lista, porque de facto, na altura, o Presidente da Câmara que venceu, fez questão de ele ir presente, porque ele tinha qualidades, mais do que suficientes para desempenhar o cargo de Presidente, quanto mais de Vice-presidente.*

*Luís Gonçalves, foi de facto um grande sardoalense, um ilustre sardoalense e é inteiramente justo que a sua memória fique de facto perpetuada exatamente no sítio onde deve ficar, na Biblioteca Municipal.”*

*Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, para referir “Eu também tive a oportunidade há muitos anos de na Câmara Municipal, de trabalhar diretamente com o Senhor Vereador, na altura, Luís Gonçalves, Vice-Presidente e de facto, era uma pessoa enquanto profissional, questões políticas à parte, porque não é isso que nos traz aqui hoje, mas enquanto profissional era uma pessoa de facto como encontrei poucas ao longo de toda a minha vida profissional e portanto, pessoalmente acho que nós também já falamos sobre isso e, internamente nossa bancada achamos que é inteiramente justo esta atribuição e como é óbvio estamos perfeitamente de acordo.” -----*

*Considerando a proposta apresentada pela Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar a atribuição do nome de Luís Manuel Gonçalves ao Arquivo Histórico Municipal com dezoito votos a favor. -----*

*Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----*

### **3. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DO FOGO E LIMPEZA DE TERRENOS;**

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Este regulamento vem responder também aquilo que é a nossa necessidade de intervir dentro do espaço urbano e principalmente é isso. O Regulamento do uso do fogo, as regras como as pessoas fazer queimadas, para fazer os queimadores, a utilização para vários fins e de várias formas do fogo está aqui regulamentada porque é importante que todos nós tenhamos também esta consciência no âmbito da proteção civil e, quando fizermos alguma coisa que o façamos sem pôr em risco aquilo que é a propriedade de todos. Eu só pediria ao Senhor Presidente e aos Senhores deputados para que na primeira página não considerassem o último*

*parágrafo, por uma questão muito simples, o Regulamento foi feito tendo em conta aquilo que é o normal período de 30 dias para discussão pública, sendo certo que nós demos início ao procedimento e nesse início de procedimento nós tivemos dez dias para que as pessoas pudessem dar os seus contributos para a feitura do regulamento, não houve contributos e atendendo aquilo que também está previsto no código do procedimento administrativo ou seja, nós não procedemos à audiência dos interessados de acordo com o número três da a) do artigo 100º do Código do Procedimento Administrativo porque atendendo à importância e à urgência deste regulamento estar em vigor e que esteja em vigor já, ou seja, vai estar em vigor a partir dos próximos dias após publicação, por isso a Câmara por unanimidade decidiu não aplicar este período, ou seja, aplicar o ponto 3 da a) do artigo 100º, que prevê a não aplicação deste período de audiência prévia, por isso este parágrafo deixaria de existir se os senhores assim concordarem e se pudermos aqui fazer este processo.”-----*

*Interveio o Senhor deputado Rui Valente, dizendo “Eu só queria, eu não entendi aqui no artigo 6º que diz no ponto dois que diz que a realização de queimadas carece de acompanhamento através da presença do técnico credenciado em fogo controlado, operacional de queima ou na sua ausência da equipa de bombeiros ou da equipa de Sapadores florestais. A minha pergunta é a seguinte qualquer queimada é necessário só pedir autorização e comunicar à Câmara Municipal e aos bombeiros ou é preciso um técnico estar presente.”-----*

*O Senhor Presidente respondeu “Uma coisa é uma queimada outra coisa é uma queima de sobrantes, o Senhor eventualmente perdoe-me se estou enganado, está a fazer confusão entre uma simples queima de sobrantes, se quisermos, uma fogueira, que basta comunicar, uma queimada pressupõe queimar um terreno muito mais alargado, isso é a queimada, aliás está a definição no início “queimada o uso do fogo para renovação de pastagens e eliminação do restolho e ainda para eliminar sobrantes, exportações cortadas mas não amontoados” estamos a falar de um terreno disperso, isso sim, agora se for daquele montinho que nós estamos habituados, basta de acordo com a lei, a comunicação e depois ter a devida autorização ou não.”-----*

*Considerando a alínea g), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, e nro.1, do artigo 98º, da Lei nro. 4/2015, de 7 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos, com dezoito votos a favor. -----*

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **4. MAPA DE PESSOAL 2019 – 1ª ALTERAÇÃO;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *"Tem aqui situações diferentes, tem a ver por exemplo, com a questão de funcionários nossos que estão neste momento em mobilidade e o estar em mobilidade é uma competência nossa que podemos fazê-lo mas, para estar em mobilidade tem que o mapa de pessoal espelhar esse lugar e aquilo que nós estamos aqui a sugerir é precisamente que o mapa de pessoal reflita estas situações de mobilidade. Outras situações também, é um lugar de encarregado operacional, nós entendemos que esta casa, Centro Cultural, que tem o movimento que tem, que tem neste momento 7 pessoas a trabalhar aqui, uma questão de gestão de recursos humanos, gestão de horários, é necessário que esteja aqui alguém que faça esse trabalho, alguém conhecedor. Não é, não vai ser um concurso para entrar, ninguém, vai ser dentro dos elementos que nós temos aqui do quadro e que já tem trabalho nesta casa, por mobilidade também passar a desempenhar este papel. Ao longo dos tempos temos vindo a reparar por exemplo que a questão do nosso arquivo, como bem sabeis estava no sótão da Câmara, entretanto houve um concurso para uma técnica superior, foi ocupado por uma técnica superior de biblioteca e arquivos e tem estado a trabalhar não só na biblioteca, mas também no arquivo e a dimensão do nosso arquivo e a qualidade do nosso arquivo é nosso entendimento também por vontade, porque Tecnicamente a técnica superior entende que é melhor para o nosso arquivo podermos fazer as coisas com uma velocidade maior não só o tratamento dos documentos e, quanto mais depressa o fizermos menor ou risco da sua degradação assim como o catalogação de todos os documentos em termos esta catalogação e quem diz catalogação, também há documentos que nós temos no Arquivo e que já não fazem falta que não precisam de estar e estão a ocupar espaço e, este trabalho obriga a que seja desempenhado por mais um assistente técnico e aquilo que nós propomos também, é a possibilidade de abrimos concurso para um lugar de assistente técnico. Depois também, a análise que nós fazemos no âmbito da Proteção Civil mais concretamente, bombeiros a possibilidade de mais três lugares mas são lugares novos que vão a concurso a juntar os dois que nós temos ou seja, nos próximos tempos iremos fazer um concurso para integrar mais 5 elementos no nosso corpo de bombeiros municipais."* -----

Considerando os termos da alínea o) do artigo 25º da Lei nro. 75/2015, de 12 de setembro e nro. 5, do artigo 29 da Lei nro. 35/2014, de 20 de junho, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Autarquia, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **5. INVENTARIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO – EXERCÍCIO 2018;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo *“Eu para ser mais claro estava capaz de ler o documento na íntegra para que os senhores pudessem na verdade ter outra ideia sobre ele, estamos a falar de centenas de páginas claro que estou a brincar eu não tenho nada a dizer, se os Senhores tiverem alguma pergunta a fazer em relação ao documento que é um documento técnico e que nós temos que aprovar.”*-----

Considerando o disposto na alínea i) do nro.1 do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como o nro. 2 do artigo 27º do mesmo diploma, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **6. CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 2018;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dizendo *“Este documento espelha o rigor da gestão das nossas contas mas um rigor que é feito com determinados princípios e com determinado grau de risco também, assumido por nós, posso dizer que neste momento em números a nossa dívida baixou 418000 € não temos pagamentos em atraso, prazo médio de pagamentos continua a descer, a ser 83 dias, que em minha opinião é muito, vamos continuar a trabalhar no sentido de reduzir como temos feito ao longo destes últimos anos e depois temos um dado que a partida pode parecer um dado preocupante, mas digo que não é, não é, se olharmos para o resultado líquido do exercício o resultado líquido do exercício é de 900000 € negativo ora, isto, tem uma explicação simples porque, como bem sabeis, há uma dívida por exemplo da Barragem da Lapa para connosco, no valor de 798000 € ora,*

*aquilo que é entendido agora é que, essa dívida tecnicamente passou a fazer parte das provisões de cobrança duvidosa e o facto de fazer parte das provisões de cobrança duvidosa vai implicar naquilo que é o resultado líquido do exercício ou seja, estes 798000 € da dívida que a Aguas de Lisboa e Vale do Tejo tem para connosco reflete-se negativamente no resultado líquido do exercício juntando a isso também por exemplo 70000 € da garantia do IFAP aquela garantia que já falamos aqui daquele diferendo que, alias, está na minha informação no início, um contencioso que temos com o IFAP. Eles entendem que há um projeto já há alguns anos em que nós não executamos corretamente o projeto de acordo com as regras da contratação pública e, como tal, não nos querem financiar uma parte de 70000 € e nós não concordamos e como tal, fizemos uma garantia bancária para que este processo não pudesse prejudicar outras candidaturas que nós temos estado a fazer e que, deixem que vos diga, já estão aprovados como por exemplo a candidatura do mercado diário a requalificação do Mercado diário que eu comuniquei na última reunião de Câmara. Se não fosse esta garantia do IFAP que nós acionamos de 70000 € Essa garantia a favor do IFAP esta candidatura da requalificação do mercado diário não teria sido aprovada.*

*Por isso Senhores deputados estou disponível para vos dar esclarecimentos que os Senhores assim entendam e que eu também possa saber politicamente sabê-lo-ei, tecnicamente vou tentar.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo “Da análise que fizemos dos documentos chegamos à conclusão de que algumas coisas melhoraram mas aqueles que têm sido os problemas graves que têm ocorrido noutros anos, continuam a acontecer e porventura até poderão ser por sermos um concelho pequeno, mas continuamos, aquilo que nos dizem os números, não é a desviar, mas usar algumas receitas de capital portanto destinadas em princípio a investimentos para pagar despesas de funcionamento, despesas correntes, isto enfim, vendo os números de uma forma muito grosseira e não indo depois ao detalhe ou seja, apesar de termos passado por um período onde não houve investimentos muito avultados, agora sim estamos de facto com o investimento da escola e portanto é um ano diferente, mas o ano 2018 deveria ter sido o ano, entendemos nós para procurar mais este equilíbrio, seguramente foi feito o que foi possível mas parece-nos que talvez pudesse ter sido feito mais. Indo um pouco mais aos números, preocupa-nos as dívidas dos fornecedores, conta corrente mais 600000 € a 31 dezembro como não consta nada, nenhuma linha de dívida, ou pagamentos que estejam em atraso fora do prazo médio admissível portanto, presumimos que à data de hoje essas dívidas estão todas pagas mas ainda assim pronto, vamos dar uma parte até porque sabemos que o*

*valor, que vamos falar dele a seguir, que pronto, mas mas ainda assim é o valor que para uma Autarquia da nossa dimensão mais de 600000 €, fornecedores, conta corrente, parece-me importante ainda por cima e esta é uma questão que queria colocar ao Senhor Presidente, sabendo que só à EDP, eu peço desculpa mas vou tentar socorrer aqui da minha cábula, estamos a falar de 245000 € de dívida se eu estou a ver na linha correta, peço desculpa, 116000 € portanto, é de facto o valor que a 31 dezembro, portanto é o saldo da conta EDP comercial portanto, como não fui confirmar se há outras EDPs pelo meio mas pronto, mas é de facto um valor grande. Há o valor das Águas de Vale do Tejo mas também vamos falar deles a seguir. Portanto há aqui de facto, algumas linhas, algumas empresas locais, confesso que não as contei, mas vi de facto algumas, por outro lado quer as grandes opções do plano quer o plano plurianual de investimento, no que diz respeito à execução anual e não à execução global, quer as atividades de maior relevância apresentam um grau de execução que nos parece fraco mas pronto o Presidente saberá a explicar ou poderá dizer alguma coisa sobre.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Começando precisamente pelas suas palavras, muito da execução tem a ver também com a forma, com aquilo que é as expectativas que nós criamos quando fazemos os documentos previsionais e depois o caminho que as coisas levam, nomeadamente até os próprios fundos comunitários. O Senhor falou uma coisa, eu quando disse que este documento espelha o rigor das nossas contas e com risco, o risco está aí, por exemplo, quando o Senhor falou por exemplo, o senhor falou no princípio do equilíbrio mas saibam os Senhores deputados que por exemplo, o facto de nós fazermos, de contrairmos um empréstimo para investirmos em obra no nosso concelho e vou-lhe dar o caso de Panascos e Casos Novos, contraímos um empréstimo que são fundos comunitários, conta negativamente para o nosso princípio de equilíbrio, porque esse dinheiro que devia ser contado como investimento ou seja despesa de capital, esse empréstimo é em meu entender, em nosso entender, erradamente contabilizado como despesa corrente, logo aí tem um contributo bastante negativo em relação aquilo que é o princípio do equilíbrio. Também no princípio do equilíbrio também está explicado aquilo que é um conjunto de empréstimos que nós temos que estamos a pagar que vêm ainda do tempo em que não havia lei das finanças locais, está lá, pronto. Por isso quando eu digo que, é verdade, é um problema, de certa forma até podemos dizer estrutural é um problema que nós tínhamos condições de o resolver, acho que podíamos resolve-lo Mas qual era a fatura que nós pagávamos para o resolver? era não fazer obra, era não fazer investimento, era aumentar tudo aquilo que são as nossas receitas próprias, aumentar o IML, não termos assumido como*

*assumimos alteração por exemplo, o aumento substancial que a Valnor teve no âmbito dos resíduos, esse aumento que a Valnor teve, foi assumido por nós, município, sem que isso se refletisse na fatura do consumidor. Ora, é verdade é assim tem razão, o princípio do equilíbrio está desequilibrado mas nós sabemos e temos razões e explicamos porquê, este princípio do equilíbrio tem-nos acompanhado já há uns anos, volto a dizer panasco e casos novos têm aqui uma influência muito grande neste princípio do equilíbrio, por isso a taxa de execução já disse também em relação a isso, acho que estamos confortáveis em termos de taxa de execução. Há aqui outras questões também de investimentos que entram também e que nós fizemos, por exemplo na floresta, os investimentos que estão aqui cerca de 100000 € da floresta também, que não há fundos comunitários e também entrou nesta, a nossa análise e depois, agora, há aqui uma coisa que é muito importante como disse, estas situações do princípio do equilíbrio do resultado líquido do exercício são assumidas entre aspas por nós, mas são entendidas e algumas delas como disse, são opção teríamos outra forma de o fazer mas não queremos porque seria muito e sim, seria prejudicial para o Sardoal e para os Sardoalenses se nós olhássemos rigorosamente às contas e àquilo que é o princípio do equilíbrio, aquilo que é o resultado líquido do exercício e que tivéssemos aqui resultados excelentes, mas não estaríamos neste momento a fazer a obra da escola, não teríamos feito a obra de Panascos, não teríamos feito a obra de Casos Novos e outros mais, é uma opção é uma opção, agora esta opção nós assumimo-la. Estamos a fazê-la, o tribunal de contas até agora tem feito análise do princípio do equilíbrio.*

*Se a Águas do Centro pagar, que é isso que nós queremos, o resultado muda completamente agora, a forma como é contabilizado ou como é espelhado neste momento nos documentos, faz com que na verdade tenhamos estes valores que não são bonitos à vista, mas que nós assumimos com as nossas reduzidas receitas próprias com termos feito, aquilo que nós podemos ver no relatório, ou seja, quando fazemos obra, sem que se note no dia-a-dia dos sardoalense, sem que deixemos de dar os apoios sociais, sem que deixemos de dar um apoio à escola, sem que deixemos de dar apoio às Associações, sem que as pessoas o sintam e, mesmo assim reduzimos em quase 500000 € aquilo que é a dívida, por isso eu acho que só quase com uma varinha de condão é que nós conseguimos a médio a curto médio prazo alterar esta situação só mesmo.” -----*

*Interveio o Senhor deputado Rui Valente dizendo “Eu ontem vi estes 418000 € num órgão da comunicação social não sei qual a jornalista, a redução da dívida em 418000 € e em relação ao valor do exercício o Senhor Presidente já esclareceu é 900.000, mas eu gostava que esclarecesse isto*



*porque o saldo devedor foi apresentado em 2017 era de 6 858 000 € e este ano é de 6495 mil, ora isto não dá na minha matemática não dá muito 418000 €.”-----*

*Respondeu o Senhor Presidente da Câmara “Senhor deputado aqui não chega a matemática, é um conjunto de fatores que influenciam nomeadamente aquilo que são amortizações que nós fazemos ou não, em que há um investimento e as amortizações são feitas ao longo do ano, há aqui um conjunto de fatores agora uma coisa é certa a diminuição total da dívida foi no valor de 418000 € e digo-lhe mais, desde nos últimos quatro cinco anos diminuimos a dívida em quase um milhão de euros, são as contas é a contabilidade pura e dura, validada pelos Revisores Oficiais de Contas e validada depois também tribunal de contas.”-----*

*Continuou o Senhor deputado dizendo “Eu não ponho em casa esses números, o documento que nos apresentou em 2017 referia 6858000€ de saldo devedor e o documento que nos apresenta este ano são 6495 mil, a diferença não são 418 mil€.”-----*

*O Senhor Presidente questionou “Diga-me qual foi a página onde viu essa informação pois tem a ver com um conjunto de fatores, acredite que o defeito é seu, tecnicamente não sei explicar mas não tenho dúvidas que o defeito é seu a seguir posso explicar, agora que isto está feito com deve ser está e os resultados são estes, agora não me peça para explicar aquilo que eu também não sei, explicar tecnicamente, o senhor terá uma vantagem o Senhor é um homem que andou nos números andou nas contas, agora está certo, está rigoroso. Mas diga-me em que quadro é que o Senhor viu isso, talvez para poder ajudar, o Senhor está a fazer confusão, olhe eu acho que o Senhor não tem razão, nenhuma, e nem consigo entender o que o Senhor quer dizer, diga-me quando é que está a qual é a página em que o senhor isso por favor. Como imagina eu não tenho isto tudo na cabeça não tem que estás a fazer confusão está a fazer confusão não tem razão o saldo a diminuição de dívida foi este. Tem vários fatores no meio, como o caso da regularização de precários também entra aqui os vencimentos, há data de fatores que entraram e que alteraram esse número.”-----*

*Interveio a Senhora deputada Joana Ramos dizendo “Para mim também é mais uma questão política do que a de conhecimento profissional, que também não é minha especialidade, mas é importante não seria de esperar outra coisa senão que o PS dissesse que taxa de execução é no seu entender baixa, mas convém arranjar critérios para dizer a partir de quanto é que uma taxa é baixa, quando é média, quando é alta, eu acho que essas coisas também são importantes só para não dizer sempre que é mau que mau que é fraco que é baixo, era só um reparo.”-----*

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “*Senhora deputada, com todo o prazer, é claro que aqui pode entrar muito daquilo que são o nível de exigência que queremos impor às coisas, vou procurar mas digo-lhe já, não, há duas delas, estão na ordem dos 60% e há uma que está ligeiramente acima Pronto há duas na ordem dos 60%, há uma que está ligeiramente abaixo mas respondendo à Senhora deputada, isto depende do critério de cada um e como é óbvio ao PSD dá jeito que se baixe o critério e ao PS dá jeito que suba o critério, agora se quisermos ser realistas eu diria que uma execução acima de 90% seria ótimo, espetáculo, seria a top top, como dizem as criancinhas.*

*Sinceramente se fosse acima de 80% eu ficaria contentíssimo mas estamos constantemente com taxas de execução abaixo dos 60% sabendo que este ano e, é preciso também que nos recordamos disto, no final do ano 2018 aprovamos uma alteração orçamental que visava exatamente alguns princípios que foram implementados ou que foram uma alteração legislativa, aliás fizemos mesmo na comunidade intermunicipal que visam, que tinham de facto o objetivo que os resultados finais face, o orçamento, a execução, face aos valores aos documentos, previsionais de gestão do orçamento, não fizesse de facto uma grande diferença portanto, estes três documentos não sei precisar agora os valores, qual foi o ajuste que foi feito, mas tenho ideia que sofreram algum ajuste pronto, não terá sido significativo mas sobre o grau de execução, quando é que é bom, depende do critério de cada um, mas eu sinceramente ficava muito contente se tivéssemos 80% mas não temos.”-----*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo “*Ficamos todos, nós que já andamos há muito tempo lembro-me perfeitamente das taxas de execução aqui nesta câmara serem muito menores portanto se está a 60% ou a 70% não me parece mal.*”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo “*Eu fico muito feliz com a taxa de execução que nós apresentamos, que vai da página 9 à 16 temos aqui um conjunto, a nossa taxa de execução é esta, um conjunto de obras, um conjunto de atividades, um conjunto de iniciativas que tivemos, que fizemos, muitas delas até nem são quantificáveis mas fizemo-las. Temos aqui 7 páginas de taxas de execução e isto é que é importante, os números que queiram fazer com os números e já assumi aqui, os números que nós gostaríamos, quem é que não gostaria de ser presidente de uma câmara rica, quem é que não gostaria de ser presidente de uma câmara em que pode fazer tudo, quem é que não gostaria de ser presidente, eu não gostaria, de uma câmara, onde por exemplo não tem o investimento que nós temos no âmbito da Proteção Civil, onde não tem o conjunto de vencimentos que nós temos, eu não gostaria. Eu acho que nós estamos no caminho certo agora, sinceramente eu gostava de ver alguns executivos*

*municipais trabalharemos com aquilo que é o nosso orçamento e aquilo que são as nossas capacidades financeiras e, apresentando entre estas 7 páginas, 7 páginas de taxa de execução que tem a ver com as obras, tem a ver com a requalificação de caminhos, tem a ver com os apoios sociais, tem a ver com as associações, têm a ver com as iniciativas culturais, com incentivos desportivos, com promoção da nossa vila, no sentido de atrair investimentos e mais não digo. Há aqui um conjunto de fatores que são muito mais importante do que dizermos que devíamos ter isto a 90. Volto a dizer, nós sabemos como é que se faz, nós sabemos como é que se faz, agora a pergunta é esta o que é que nós deixaríamos de fazer para atingir esses objetivos, esta resposta é que é difícil de dar, esta é a resposta difícil dar o que é que nós, daquilo que fizemos, vamos deixar de fazer ou teríamos deixado de fazer para que os números fossem mais simpáticos Isto é que eu gostava de ver, vocês não deviam ter feito a obra de Panascos, a obra de Casos Novos, da escola só daqui a meia dúzia ano, o centro de interpretação da semana santa não tem jeito nenhum, não faz mal, não faz mal se nós não fizessemos nada disto, teríamos os melhores números do mundo mas daqui a meia dúzia de anos víamos a porta fechada porque o concelho de Sardoal já não existiria.” -----*

*Questionou o Senhor Presidente da Mesa “Se a taxa de execução também tem alguma coisa a ver com os fundos comunitários, de alguns quadros comunitários de apoio que depois como nós sabemos têm taxas de execução muito baixas.” -----*

*Interveio o Senhor Presidente dizendo “A taxa de execução tem a ver com expectativas que se criam à partida, a execução daquilo que nós nos propomos nos documentos previsionais” continuou o Senhor Presidente da mesa referindo “ há muitas obras que não andam porque na verdade depois a nível do a projeção que se faz depois não arranja acompanhamento nos quadros comunitários de apoio que surjam.” -----*

*Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo “Eu encontrei aqui uma proposta que foi aprovada em 2018, 18 4 2018, em que ponto 3 dizia que o resultado líquido do exercício de 2017 na rubrica resultados transitados considerados a mesma a 31 dezembro 2017 apresenta o saldo devedor no valor de 6000858 € e este ano o senhor diz-nos que os resultados transitados considerados a 31 de dezembro 2018 apresenta um saldo devedor de 6495 mil diferença não são quatrocentos.” -----*

*Refere o Senhor Presidente da Câmara que “Está correto, é assim e, deixe que lhe diga novamente, o Senhor está enganado.” -----*

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo *“Eu já ontem tinha esta questão na assembleia de Freguesia sobre os números e, de facto, aquilo que eu disse na Assembleia de Freguesia foi que não sou técnico de contabilidade, não sou revisor oficial de contas, nem tenho que ser tal e qual como o Senhor Presidente não tem que o ser, agora o que é que eu fiz ou o que é que eu farei para as dúvidas, para os meus os meus colegas da Assembleia vão-me colocar duas outras questões técnicas, meramente técnicas sobre esse resultado, que o Senhor Presidente não sabe responder e muito bem, não tem que saber, mas pronto, mas aquilo que eu tava a sugerir era o seguinte, o Senhor deputado Rui Valente fazia a questão que tinha q colocar, enviava-a à mesa da Assembleia e depois recebia a resposta, porque o senhor tem um chefe de divisão financeira e um técnico revisor oficial de contas que sabe responder a isso, agora nem o Senhor Presidente sabe nem o Rui Valente fica esclarecido e ficamos aqui um bocadinho, eu confio nestes número porque isto vai para o tribunal contas, eu confio, agora e, os números certamente estarão certos com certeza que sim, agora só estou a sugerir esta esta esta possibilidade.”* -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo *“Se houver alguma dúvida a mesa pode perfeitamente receber esse requerimento Eu acho que isto não vai influenciar a questão do voto pelo que o Senhor deputado já disse, o Senhor expõe essa situação à mesa eu darei ao executivo camarário e a resposta será dada e o Senhor pelo menos fica esclarecido acho que também não adianta estar aqui agora de volta deste número que é importante mas...”* -----

Considerando as disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como, de acordo como os termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013 e do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e, em conjugação com o ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2018, com doze votos a favor e seis votos de abstenção. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

## **7.REVISÃO ORÇAMENTAL;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“Está esclarecido o saldo da gerência anterior de acordo com a receita consignada e depois também aqui tecnicamente, maioritariamente*

*estamos a falar de questões técnicas em que foram classificadas numa determinada rubrica e é para serem reclassificadas na rubrica em que na verdade devem ser feitas.”*-----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Revisão Orçamental, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

### **8.CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MÉDIO E LONGO PRAZO – LINHA DE CRÉDITO CRIADA NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI NRO. 22/2018;**

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo *“Tem a ver com aquilo que eu já referi num ponto anterior tem a ver com a possibilidade de nós nos substituirmos aos proprietários incumpridores no âmbito da defesa da floresta contra incêndios rurais.”*-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, referindo o seguinte *“Não quero falar na linha de crédito nem no empréstimo porque já deixei de ser bancário há muito tempo mas quero falar sim do decreto-lei que regula este próprio crédito. Segundo o que eu aqui apurei e segundo o que foi-nos comunicado cada hectare para este concelho vai custar a volta de 1420 € mais IVA. Segundo os hectares de terreno do nosso concelho totaliza 112000 €. Analisando este crédito aqui no ponto 8 e depois indo ao anexo verificamos que é um crédito sem juros remuneratórios portanto é um crédito apetecível, tomara nós termos muitos créditos iguais a este e que eu indo ao decreto lei 22 de dois mil e qualquer coisa que abri aqui, no ponto 7 diz o seguinte “poderá ser financiada despesa com aquisição de equipamento resposta desta linha de crédito pode ser financiado a despesa com aquisição de maquinaria e equipamento desde que cumulativamente a) se trate de maquinaria e equipamentos destinados a executar os trabalhos de gestão de combustível nos termos do artigo Nº 2 do decreto-lei 22/2018 que falei há pouco e b) com a despesa com a aquisição de tais bens acrescida de outros custos necessários para execução dos trabalhos por administração direta, que não seja superior à despesa que o Município teria com a aquisição de serviços.”*

*A minha questão é muito simples o custos com estes serviços, que são 20 hectares para Sardoal, 34 para Santiago, 20 para Alcaravela, mais 10 para Valhascos que totaliza 112000 €, o Município, a Câmara fez contas para adquirir a máquina e sermos nós a fazer o serviço que permitia este crédito, ou*

*seja, se nós fizéssemos esta operação ficaríamos com a máquina para este serviço e para serviços posteriores e nós sabemos que o município, necessitamos de máquinas do género, de máquinas de rasto e estive a ver preços.” -----*

*O Senhor Presidente respondeu “Não precisamos. Podia ser mas não era a mesma coisa, o Senhor não está a ler o decreto, o senhor está a ler as perguntas de interpretação em relação ao decreto, está a fazer aquelas, as dúvidas que têm. A dimensão, a nossa dimensão, não nos iam financiar máquinas garanto-lhe, porque este custo, estes cento e tal mil euros que aqui estão, não vão ser pagos pelo Município vão ser pagos pelos proprietários incumpridores se for caso disso em execuções fiscais por isso não faz sentido nós estamos a comprar máquinas, ainda por cima, porque quando o Senhor disse que nós precisávamos de máquinas, não precisamos porque o governo, e muito bem, dividiu o nosso país em regiões e vão ser atribuídas um conjunto de máquinas pesadas desde as Bulldozers, um conjunto de máquinas para serem trabalhadas nos gabinetes intermunicipais. Por isso nós vamos ter essas máquinas não vamos precisar de fazer esse custo. Agora vou ser sincero isso está aí eu tenho dúvidas se nos iriam financiar, mas depois não é possível não faz sentido, tínhamos que as pagar para ficar com elas, porque essas máquinas não eram os proprietários incumpridores que nos iam pagar as máquinas e a despesa que está aqui, de cento e poucos mil euros 112000 € isto no final vai custar ao município zero, zero porque essa despesa é assumida pelo proprietário, agora se nós comprássemos as máquinas era despesa que era nossa. Se nós comprarmos a máquina temos que ser nós a pagar a máquina, podemos é prestar um serviço às entidades mas não precisamos por outra razão muito simples, porque temos, não precisamos, não faz sentido que assim seja, não faz. A análise foi feita, não faz sentido, nós vamos ter mais uma equipa de Sapadores florestais nós os nossos homens e o material que temos e a equipa que temos para fazer aquilo que são as nossas competências, rede secundária e a rede primária, numa lógica de intermunicipal e mesmo assim, e mesmo assim não temos capacidade para o fazer, em termos de recursos humanos e temos mesmo assim não há neste país, não há capacidade de fazer, não há. Por isso o caminho é este, o caminho é que vamos contratar serviços, porque há empresas que o fazem e que o custo será muito menor do que nós assumirmos. Deixe-me dizer outra coisa, esta questão de termos uma máquina nossa, é um mau negócio garanto-lhe que é um mau negócio e, nós já tivemos a prova que é um mau negócio, porque há certas situações e nomeadamente na contratação de uma bulldozer que nós o ano passado contratámos uma bulldozer porque a nossa não estava em condições e, o negócio foi muito melhor do que se fossemos nós a*

*trabalhar com a nossa bulldozer, o trabalho que temos, repare o payback, chamemos-lhe assim, da compra, é a partir do momento em que o investimento é feito a partir daquele momento deixa de ser investimento e passou a ser lucro, o payback referente à aquisição de uma máquina destas para o nosso serviço seria demasiado alto para nós pensarmos as coisas desta forma por isso é muito melhor da forma que estamos a fazer do que estarmos a comprar, temos um encargo do manobrador, não temos manobrador, é difícil, não vai haver manobrador vamos abrir brevemente o concurso para manobrador, vamos arranjar, nós temos no nosso mapa de pessoal, não vamos arranjar um manobrador para estas espécies de máquinas que esteja disponível para vir para a função pública ganhar 600 € por mês porque não há, porque eles ganham muito mais do que isso no privado não vamos conseguir. Então íamos ter as máquinas paradas como às vezes temos a nossa Bulldozer e aliás, vamos ter que fazer contratação de serviços e é preferível às vezes, a peça se nós precisamos só durante aquele mês ou durante aqueles dois três meses, é preferível fazermos a aquisição de serviços, do que estarmos a comprar o equipamento porque isso tornaria então e, vou dizer outra vez, porque isto me saiu bem, o payback bastante, demasiado alto.” -----*

*Continuou o Senhor Presidente da Câmara “Nós neste momento já acho que já disse já estamos neste momento a contratar gente para trabalhar com as nossas máquinas porque fazer em prestações, vamos falar da bulldozer, porque não podemos correr o risco no dia em que há incêndio, e que não vai haver no Sardoal incêndio desta dimensão e, quando isso acontecer não é nesse dia que nós vamos andar à procura de alguém que saiba mexer nas máquinas ou que tenha máquinas desse serviço e tem resultado, nós temos feito assim até resultado. Uma máquina destas Estamos a falar de 300000 € a 200000 € e tal mil euros o valor destas máquinas.” -----*

*Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a contratação do empréstimo ao abrigo da linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do nº 1 do artigo 148º da Lei nº 114/2017, de 29 dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153º da mesma Lei, pelo prazo de 5 anos nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 22/2018, de 10 abril, até ao montante máximo de € 91.817,20, com dezoito votos a favor. -----*

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **9.ACORDO DE TRANSAÇÃO – AGUAS DE VALE DE TEJO, S.A.;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “*Eu acho que o documento é claro eu só lamento é que isto não posso ter dois sentidos, estaremos disponíveis a aceitar um acordo com a Águas Lisboa e Vale do Tejo para nos pagar a dívida, Infelizmente não é possível já disse aqui várias vezes porquê, o assunto ainda não está resolvido, estamos à espera de uma resposta.*” -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “*Só uma questão que o Senhor Presidente vai responder seguramente rapidamente porque é muito simples, o valor do acordo pagamento da dívida fala-nos no valor da dívida de 137 mil euros e prestações, 72 prestações o anexo 1, portanto o acordo de transação seguramente ainda poderá ser uma versão, uma versão a primária mas os valores são diferentes, fala para já em 60 prestações e o valor da dívida 135000 €, Senhor Presidente queira só explicar.*” -----

O Senhor Presidente referiu “*o que está aqui para aprovação, é o que está neste documento, não há mais nada a acrescentar*”. -----

Considerando o disposto no artigo 90º da Lei nº 71/ 2018, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, com dezoito votos a favor, aprovar o Acordo de transação, com a empresa em causa, para regularização das dívidas nas seguintes condições:

- Valor da dívida: 137.273,41€;
- Número de Prestações – 72 prestações;
- Primeira prestação – 30 de Janeiro de 2020;
- Valor mensal a amortizar:1.907,58€; -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

#### **10.DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS INTERMUNICIPAIS.**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “*Tem precisamente a ver com a descentralização de competências intermunicipais de acordo com a legislação as transferências de competências intermunicipais têm que ser aprovadas em Assembleia Municipal e aquilo que nós*



*propomos é que realmente sejam aprovadas estas delegações de competências intermunicipais no domínio da educação e no domínio da saúde.” -----*

Considerando o disposto no artigo 75º do decreto-lei nro. 21/2019 e artigo 26º do decreto-lei nro.23/2019, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o acordo prévio sobre o exercício efetivo das competências para a CIM do Médio Tejo, no âmbito da Educação e Saúde, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Interveio o munícipe, Senhor José Ambrósio para dizer “*Ora bem aqui alguns pontos que eu gostava que o Senhor Presidente esclarecesse, uns pontos já lhe foi por alguém é sobre uma casa de banho no cemitério da Cabeça das Mós ele disse que sim, sim senhor mas até à data a data nada, o que acontece o seguinte é que as pessoas vão aos funerais e se quiserem satisfazer suas necessidades fisiológicas têm que ir atrás do mundo e se forem senhoras há mirones à espera para ver o que estão a fazer portanto eu acho que se justificava muito bem esta casa de banho lá. Depois esta é uma das perguntas saber se realmente está a pensar fazer ou não.*

*A outra é sobre a estrada da Lapa aquilo não é uma estrada é um caminho cheio de buracos, desde o princípio ao fim muitas pessoas já não vão lá porque estoiram os carros. O mesmo se passa com a substituição da canalização da Rua das Casas Crespas que já entrou nos orçamentos, ainda eu estava na assembleia e já lá vão 20 anos e até à data nunca mais foi feito continuam a ser em fibrocimento o que realmente é prejudicial para a saúde. Penso que já devia ter sido feito mas pergunto, quando é que está a pensar fazer.*

*Depois a outra é um postal muito feio da Cabeça das Mós e também da câmara, que é os fontanais que aquilo está tudo partido e nunca mais arranjam aquilo parece aquilo não fica tanta despesa que não possa ser arranjado, quem vem de Mouriscas e dá de cara com o fontanário que lá esta, diz assim, que desgraça é esta, será que as obras da Câmara são todas assim também era saber se havia alguma coisa sobre isso.*

*Outra é o limite urbano da Cabeça das Mós, da população da Cabeça das Mós, foi lá posta uma placa a dizer Pisco e a Cabeça das Mós está cem metros à frente portanto, aquele terreno é terreno de*

*ninguém no entanto há uma rua que a Rua das Lameiras que vai ter esse terreno de ninguém, era pedir se fosse possível que a Câmara fizesse pressão para que fosse alterada o ponto onde está vindo da Povoação de Cabeça das Mós para o sítio onde começa o Pisco porque essa parte aí vai aí ter uma rua que é da Cabeça das Mós portanto essa rua vai ter uma terra de ninguém.*

*A estrada de Sardoal, Mouriscas ela não está boa, nem má, ela está toda partida e qualquer dia com o inverno rigoroso camiões de quarenta e tal toneladas a passarem ali algum dia ela esbarreira em determinados sítios e vai parar lá abaixo porque ela está toda partida, se andar a pé Não é de carro, de carro não se vê mas não dá para ver a casa da partida e queria realmente saber. Resumindo as estradas estão más de Cabeça das Mós, as ruas de Cabeças das Mós e essas estradas que eu reparei, são autênticos esqueletos porque a camada superior desapareceu toda e era só para saber o que é que a Câmara pensa, para quando se pensa reparar estas coisas que eu aqui apontei ou a resposta que me dá.*

*Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo “Obrigado pelas suas perguntas todas elas pertinentes posso dizer em relação ao cemitério de Cabeça das Mós, é verdade fui alertado pela sua esposa em relação a essa situação vamos fazer a casa de banho. Em relação ao caminho da Barragem da Lapa julgo que está previsto dentro de 15 ser, o tempo também ajuda nisso, 15 dias, três semanas ou seja está previsto nos próximos 15 dias está previsto, Ou seja está dentro dos nossos trabalhos.*

*Substituição da placa também está a ser analisada essa situação também está.*

*A questão da canalização deste conjunto de investimentos que nós falamos 2,4 milhões de euros mas eu queria fazer uma pergunta, tem havido problemas, mas às vezes não é bem assim como nós ouvimos dizer, porque nós temos de instrumentos de medição vamos lá medimos e na verdade vai ser intervencionado vamos melhorar mas ninguém tem falta de água lá vamos melhorar, pode e deve ter mais pressão também já foi feita uma medição está previsto nestes 2.4 milhões de euros.*

*As estradas é um problema que nós vamos ter, é um problema que vamos ter que começar a enfrentar a sério porque na verdade ou um conjunto de estradas, mas este problema não é nosso é um problema nacional este problema tem sido debatido na Associação Nacional de Municípios porque as estradas muitas delas classificadas passaram para a competência dos municípios e os municípios não têm capacidade financeira para resolver este problema ou seja, ter têm agora será que são essas opções justas.*

*Agora se me permite uma reflexão em relação a tudo isto que o Senhor falou, é verdade nós não conseguimos chegar a todo lado ao mesmo tempo, é verdade que temos muita coisa por fazer mas também é verdade estamos a fazer, vamos fazendo, nós temos feito muito como está aqui provado nas contas, fizemos em Panascos e Casos Novos. Nós se tivéssemos feito de Cabeça das Mós o que era justo, justíssimo neste momento estaria alguém sentado aí de Casos Novos e Panascos a dizer quando é que arranjam a rua deles, está previsto também Santiago de Montalegre, é assim, não conseguimos chegar a todo o lado ao mesmo tempo pedimos aos nossos munícipes uma coisa que tenham paciência, agora garanto-lhe, com os recursos financeiros que nós temos e com a gestão que fazemos garanto-lhe que ninguém fazia melhor era impossível.” -----*

*Tomou a palavra o munícipe, Senhor Luís Costa que disse “Eu ia começar por aquilo que ouvi hoje e pela satisfação que me deu porque gosto de dizer quando as coisas me soam bem e quando acho que são bem-feitas gosto também de as enaltecer. Iria começar por aquilo que eu vi em referência esta casa que vai ter alguém responsável aqui pelo que eu vi é uma justiça que se faz, ainda bem que é feita, esse calhar com algum atraso mas estamos de parabéns a câmara está de parabéns por essa iniciativa.*

*Depois também ouvi e fico satisfeito pela pressão que o senhor presidente diz que vai exercer para que a grua desapareça de lá para fora, também fico satisfeito por essa pressão, sei que tem feito antes mas que vai insistir vai pressionar nesse sentido.*

*Em relação a outras questões há uns dias alertei os sardoalenses da forma que achei melhor duns recantos que são encantos e que não estavam a sê-lo. Houve intervenção e bem, eu falo exatamente do Miradouro, eu chamo de miradouros, porque são efetivamente miradouros, lindos não temos, os sardoalense não têm o cuidado de passar por lá mas se experimentarem, verão quão bonitos são aqueles locais e que são aproveitados o Miradouro da Rita Pelada que estava num miserável estado depois ficou bonito e o outro do fundo da rua da Ladeira que melhorou alguma coisa Mas, chamo a atenção por um problema que se mantém que é um problema e pode ser grave, há uma lanterna que ilumina portanto, o chão que está rente ao solo que na altura, a primeira vez que lá passei, e que fiz este reparo, uma estava aberta, com a tampa dependurada presa só num parafuso, foi alterada a situação, foi tirar a tampa, portanto desapareceu e o buraco está aberto, o que quer dizer que, se uma criança qualquer passar e meter lá a mão corre o risco de ser eletrocutada o que será grave naturalmente. Em relação a esse local o fundo da Rua Ladeira se nos sentarmos no banco, num dos*

*bancos, dos dois bancos que existem, temos uma vista maravilhosa para o outro lado do monte mas há umas árvores que impedem essa vista que estão em frente os nossos olhos, umas arvores que não estão ali a fazer nada naquela encosta e penso que aquele terreno até é da câmara, se se alguém quiser ter o prazer de se sentar naquele sítio, descer ou subir aquela escadaria até lá acima, descer a Rua da Ladeira ou subir as escadas até lá acima, pode facilmente constatar que é um sítio aprazível mas que aquelas árvores não estão ali a fazer mesmo nada à frente, estão apenas a tapar-nos a visão. Uns arbustos que estão lá naquela encosta sim todos iguais todos enfim, era uma atenção era preciso continuar, ficou por fazer isso, agora a tampa do candeeiro é urgente que seja reposta porque pode haver algum acidente.*

Dizer ainda que alguém entendeu quando eu fiz esse reparo que na minha qualidade e isto agora só, enfim, em jeito de brincadeira mas quase pela função que desempenho na Junta de Freguesia não me era dado o direito de falar destas coisas, ora eu quero dizer que antes de ter o cargo que tenho na Junta de Freguesia, era cidadão continuo a ser munícipe e freguês e, continuo a ter os direitos e os deveres de um cidadão, que me quero sentir ativo participativo e portanto que irei continuar apesar dessas ideias de que eu não o devo fazer que irei continuar quando achar por bem fazer críticas construtivas que as farei portanto para essas pessoas fica aqui também dito.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “Só para que não fique nada no ar, esse cidadão está aqui entre nós? pronto é que às vezes é importante que fique claro pronto, não está entre nós por isso terá que enviar o recado de outra forma não por aqui.

*A questão do candeeiro é preocupante, temos que ver rapidamente.*

*A questão do Centro Cultural só agora é que é possível fazer essa situação com a vinculação de precários tem de haver um número mínimo que justifique haver uma coordenação porque senão como só tínhamos um elemento do quadro não fazia muito sentido o Ricardo coordenar-se a ele próprio aliás ele fazia isso.*

*Esta questão das arvores, gostávamos de ter tudo sempre bonito mas alguns trabalhos feitos em determinado altura do ano é chover no molhado não nós não podemos estar a pintar muros no inverno, nós temos que esperar que venha o bom tempo para fazer um conjunto de trabalhos, é esse o racional e depois, quando isso acontece nós não conseguimos chegar a todo lado ao mesmo tempo, vamos fazendo, agora uma coisa vos posso garantir aqui, que em momento algum há alguém parado e começando por nós e às vezes alguns funcionários até se queixam que trabalham muito e a minha*

*resposta é, sabem porque é que trabalham muito, porque nós trabalhamos ainda mais para vos dar trabalho, então nós somos um exemplo para eles, e depois o trabalhar muito é subjetivo entre as 35 horas semanais e as 7 horas diárias é para trabalhar, se é muito é muito tem de ser é para dar o máximo e isso, mesmo assim não chega, nós fazemos isso em todo o concelho, estes trabalhos de pintura de muros e depois há as escolas e depois há tanta coisa para fazer, tanta pequena coisa para fazer que ocupa as pessoas e depois há alturas em que nós não podemos fazer.*

*Já estou a imaginar agora não há de tardar muito começa a chegar a altura de montar os palcos para festas fazemo-lo com todo o gosto como sempre fizemos mas em termos de gestão de recursos humanos Os constrangimentos que isso causa que é um conjunto de pessoas que estão alocadas a esse trabalho alguma coisa tem de ficar para trás e, ao contrário do que às vezes se possa pensar, o número de funcionários para as necessidades que nós temos, não é nada de extraordinário nós olhamos aqui para os números se comparados com outros municípios, descontem aquilo que os outros não têm e nós vimos por aí abaixo.*

*Por isso principalmente esta nota é importante que fique claro, há coisas que seria um desperdício, seria péssima gestão andarmos a pintar muros no inverno, não pode.*

*Esta questão das árvores, eu por acaso eu acho que o caro munícipe tem razão mas vai-me permitir um comentário pessoal, eu tenho muita pena é que tu não uses estes microfones em vez daquele, eu gostava de te ver a usar estes microfones.” -----*

*Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata. -----*

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_